



 Município de Resende



2017

Relatório de Gestão



MUNICÍPIO DE RESENDE



2017

RELATÓRIO DE GESTÃO



**ÍNDICE**

1 – Enquadramento	5
2 – Nota do Presidente	8
3 – Estrutura Organizacional	12
4 – Situação económica relativa ao exercício	14
5 – Grandes Opções do Plano	34
6 – Execução Orçamental	37
6.1 – Execução Global	37
6.2 – Execução Orçamental da Receita	38
6.3 – Execução Orçamental da Despesa	42
6.4 – Indicadores Orçamentais	45
7 – Limites Legais	47
7.1 – Aferição do Limite da Dívida Total (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	48
7.2 – Equilíbrio Corrente (artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	52
7.3 – Pagamentos em atraso	54
7.4 – Encargos com contratos de aquisição de serviços	56
8 – Participações do município em entidades	58
9 – Síntese da situação financeira da Autarquia	60
10 – Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros	72
11 – Proposta fundamentada da aplicação de resultados	76
12 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	78
13 – Nota Final	80
14 – Anexos em conformidade com n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.	82



1 - Enquadramento





1 - ENQUADRAMENTO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da câmara municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da assembleia municipal.

Assim, cabe à assembleia municipal apreciar e votar os documentos de prestação de contas do ano anterior na sua sessão ordinária de abril de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da citada Lei n.º 75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais). Até 30 de Abril, o órgão executivo, nos termos da lei, remeterá para o Tribunal de Contas, os documentos de prestação de contas, em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do Artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26/8.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cuja finalidade é a evidência da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

O Relatório de Gestão deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da autarquia, destinam-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizando a atividade municipal, e, para julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O conteúdo do relatório de gestão, referenciado no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.



2017

Relatório de Gestão

- Assim, no cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM);
- Execução Orçamental da Receita;
- Execução Orçamental da Despesa;
- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Outros Documentos.

para que possam ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da referida Lei.

- Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), propõe-se que o resultado líquido de € 101.004,31 apurado no exercício de 2017, tenha a seguinte aplicação:
 - Reservas Legais: € 5.050,22 (5%)
 - Resultados Transitados: € 95.954,09 (95%)



2 - Nota do Presidente





2 - Nota do Presidente

Em conformidade com o estabelecido na legislação aplicável, apresentamos os documentos de prestação de contas do município relativos ao exercício económico de 2017, para apreciação dos órgãos autárquicos.

Os documentos de prestação de contas evidenciam que o executivo continuou a materializar em 2017 as opções estratégicas de desenvolvimento do concelho, orientadas para o **reforço da qualidade de vida dos resendenses**, tendo presente a limitação de recursos disponíveis e **continuando sempre a assegurar o equilíbrio financeiro**.

Embora ainda subsistam muitas limitações e não se registre uma efetiva execução em velocidade cruzeiro do Portugal 2020, foi já possível no exercício económico de 2017 a aprovação e execução de alguns projetos que visam a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, como:

- Execução da “**Reabilitação do Jardim Municipal 25 de Abril**” no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU);
 - Aprovação da candidatura “**Regeneração Urbana do Espaço Público da Envolvente Poente da Vila de São Martinho de Mouros**” no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)
 - Aprovação das candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – “**Conclusão do Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Freigil**”, “**Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Anreade**” e “**Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Rossas**”;
 - Aprovação e início da execução da candidatura “**Vivenciar Montemuro**” – Definição, implementação e sinalização de uma rede de percursos pedestres e BTT e infraestruturas de apoio ao visitante;
 - **Requalificação do Parque do Carvalho**, no âmbito da candidatura Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo – Tâmega”;
 - Aprovação da candidatura “**Valorização Patrimonial da Rota do Românico**” – **Conservação e Restauro de Retábulos, Teto, Púlpito e Esculturas da Igreja de São Martinho de Mouros e Conservação e Restauro de Retábulos e Esculturas da Igreja de Barrô**” ao Programa “Valorizar” – Turismo de Portugal;
- Estes projetos que no âmbito do Portugal 2020 foi já possível impulsionar no exercício económico de 2017, demonstram a importância que este instrumento de apoio financeiro representa na concretização de investimentos que visam a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Para além destes investimentos enquadrados em financiamento do Portugal 2020, em 2017 concretizamos também, alguns investimentos no domínio da requalificação de vias rodoviárias municipais, com recurso a financiamento bancário, pois este tipo de investimento não tem enquadramento no Portugal 2020.

- Execução da empreitada da “**Beneficiação da estrada EN222 - Vila Verde - Limite Concelho**”;
- Execução da empreitada da “**Beneficiação da estrada S. Martinho de Mouros - Paus - EN222**”;



- Execução da empreitada da “**Beneficiação da estrada Seara - Cêtos - Pataria - EN222**”;
- Execução da empreitada da “**Beneficiação da estrada Beba - Joaves - Luzelos**”;
- Execução da empreitada da “**Beneficiação da estrada Corvo - Altos - Palma - Alcavalas**”;
- Lançamento da empreitada da “**Estrada Municipal EN Cárquere - Enxertado**”;
- Lançamento da empreitada da “**Estrada Municipal Massora - Vale de Paus**”

Estes são investimentos de proximidade com grandes reflexos no quotidiano dos nossos munícipes facilitando a mobilidade rodoviária interna no concelho.

Continuamos em 2017 o processo de consolidação da valorização dos nossos produtos endógenos como a cereja, as cavacas e a criação de gado de raça arouquesa, tendo já sido aprovada a candidatura no âmbito do PDR2020, "**Grupo Operacional associado à produção da cereja**", parceria entre o Município de Resende, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Cermouros e a Dólmén, visando o desenvolvimento de trabalhos científicos em torno da fileira da cereja, ordenamento do setor, prestação serviços de informação e aconselhamento, no sentido de valorizar a atividade económica do setor da produção de cereja e que se represente acréscimo de empregabilidade e competitividade. Neste domínio foi também apresentada outra candidatura que se encontra em fase de aprovação "**Grupo Operacional associado à comercialização da cereja**".

Importa também registar que, no decurso do exercício económico de 2017 foi lançado o "**Concurso Público Internacional para a Celebração de Contrato de Cessão de Exploração das Termas de Caldas de Aregos**" e concretizada a adjudicação, esperando-se que no decurso de 2018 este processo seja concluído e que através deste seja dado um novo impulso à valorização deste recurso endógeno com grande potencialidade indutora de economia para todo o concelho.

Para além destes projetos, em linha com a política desenvolvida nos últimos anos, durante o exercício económico de 2017 continuamos a desenvolver programas, projetos e ações que visam responder aos problemas concretos das nossas populações, em particular das famílias mais desprotegidas.

Relativamente ao endividamento municipal, os documentos de prestação de contas evidenciam que para uma Limite de Dívida Total cerca de 13,8 milhões de euros, a Dívida Total do município no final de 2017 é cerca de 6,1 milhões de euros, verificando-se o **cumprimento dos níveis de endividamento** consubstanciados nas normas legais aplicáveis, **com uma utilização da capacidade de endividamento cerca de 44% face ao limite legal.**

Concluindo, os documentos de prestação de contas do exercício económico de 2017, evidenciam que o arranque efetivo, ainda que em velocidade lenta, do Portugal 2020, permitiu já ao município o acesso a este



2017

Relatório de Gestão

mecanismo de financiamento e a concretização de investimentos e candidaturas que visam o reforço da competitividade do concelho e a melhoria da qualidade de vida das nossas populações e denotam ainda, o equilíbrio das contas municipais

O Presidente da Câmara,

3 - Estrutura Organizacional



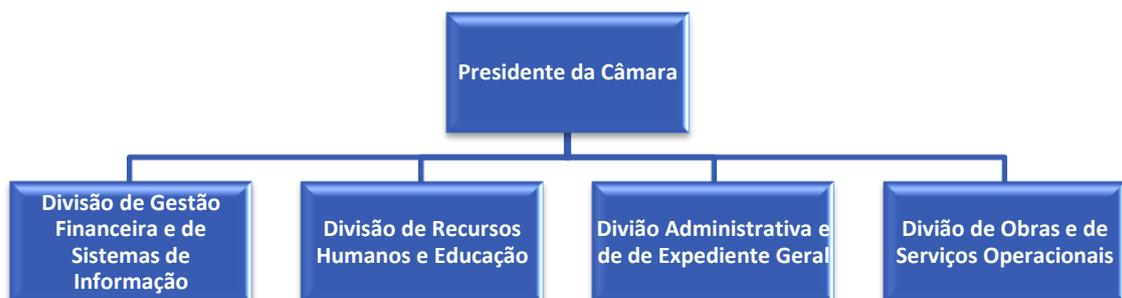


3 – Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do município em vigor a 31-12-2017 é representada pelo organograma que se segue.



Importa referir que após o termo do exercício, no Diário da República, 2.^a série — N.º 16 — 23 de janeiro de 2018 foi publicada nova estrutura organizacional representada pelo organograma seguinte





4 - Situação Económica relativa ao exercício





4 - Situação Económica relativa ao exercício

Em conformidade com o definido na alínea a) do ponto 13 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro, neste ponto, serão analisadas, em especial, relativamente ao exercício económico de 2017, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos.

- Evolução da gestão nos sectores de atividade

Neste ponto será efetuada uma abordagem resumida da evolução da gestão municipal nos diferentes sectores de atividade, considerando que ao longo do exercício de 2017 foi sendo prestada informação detalhada à Assembleia Municipal, relativa à atividade municipal.

Durante o exercício económico, materializaram-se as linhas programáticas definidas e apresentadas nas grandes opções do plano para 2017 que continham as prioridades de investimento nas diversas áreas de atuação, como:



2017

Relatório de Gestão

ADMINISTRAÇÃO GERAL



Entendemos que a nossa missão insere-se na concretização de políticas que promovam a criação de condições para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do concelho e proporcionem o bem-estar social dos munícipes. Diretamente relacionada com a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e instituições, a Administração Geral, continuou em 2017, a merecer especial atenção no desenvolvimento das Políticas municipais, em linha com o registado em anos anteriores.. Continuou a desenvolver-se projetos e ações que visam a valorização dos recursos humanos, com o objetivo de prestar um serviço de maior qualidade aos cidadãos e entidades.

Durante o exercício de 2017 continuaram a concretizar-se investimentos de modernização e qualificação dos serviços, com o objetivo de melhorar a eficácia e a eficiência na utilização dos recursos e prestação de serviço de qualidade aos cidadãos e entidades.

Realizaram-se obras de manutenção e valorização de instalações municipais, investimentos de manutenção e renovação do parque de máquinas e viaturas e diversos equipamentos.

Em linha com o que tem acontecido nos últimos anos, continuou-se a aposta na melhoria dos processos produtivos, da qualificação, valorizamos e rentabilizamos recursos, sempre com o foco centrado no cidadão/empresa.

Durante o exercício de 2017 continuou-se a desenvolver projetos de modernização administrativa contínuo, nomeadamente no domínio da simplificação e desmaterialização administrativa, na área de informação geográfica (SIG).



2017

Relatório de Gestão

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS



Embora sejam bastante limitadas as competências do município em matéria de Segurança e Ordem Públicas, conforme se tem verificado nos últimos anos, o município continuou em 2017 a colaborar com as forças de segurança da GNR de modo a contribuir para a promoção de serviços de proximidade de segurança das nossas populações.

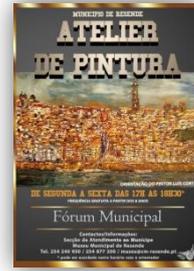
No que respeita à proteção civil e luta contra incêndios que se insere neste domínio de atuação, o ano de 2017 foi fortemente marcado por ocorrências naturais como as intempéries registadas no início do ano e os incêndios florestais durante o verão, exigindo intervenção ativa da Proteção Civil Municipal e o reforço da parceria permanente com os Bombeiros Voluntários de Resende.



2017

Relatório de Gestão

EDUCAÇÃO



As políticas municipais no domínio da educação assumem por princípio que a educação e o conhecimento, são pilares essenciais da construção de sociedades mais qualificadas e capazes de responder aos desafios que em cada momento se colocam.

Dentro das competências que nos são acometidas, desenvolvemos políticas educativas que visam a criação de condições adequadas aos diferentes agentes envolvidos no processo educativo, para que os alunos adquiram as competências inerentes ao nível de ensino que frequentam, para que possamos criar cidadãos mais qualificados, competentes e competitivos, capazes de responder aos desafios da sociedade atual.

Neste domínio, continuamos em 2017 a reforçar as dinâmicas da comunidade educativa promovendo um envolvimento constante de todos os agentes educativos: pais, professores, auxiliares e sociedade civil.

Em linha com a estratégia que se tem desenvolvido nos últimos anos, continuamos a realizar investimentos em projetos e iniciativas que visam a promoção da qualidade do ensino e a valorização de toda a comunidade escolar.

Durante o exercício de 2017 o executivo continuou a dar corpo à política de educação definida tendo realizado investimentos, como:

- Funcionamento com qualidade dos Centros Escolares de Resende, S. Martinho de Mouros e S. Cipriano;
- Atividades extracurriculares, inglês, música, desporto, informática;
- Continuou a promover-se e a estimular a excelência, premiando os alunos que atinjam patamares relevantes de desempenho, materializado pelo “Prémio Rebelo Moniz”;
- Continuou a reforçar-se a importância da língua portuguesa, premiando os melhores alunos do 4º ao 12º ano de escolaridade, materializado pelo “Prémio Eça de Queirós”;
- Transportes e refeições escolares;
- Apoios ao nível do fornecimento de material escolar, didático e outros ao ensino básico e pré-escolar;
- Reforço da ação social escolar;
- Apoio a crianças com necessidades educativas especiais;
- Ateliers de expressões;
- Diversos Ateliers nos Serviços Educativos do Museu Municipal;
- Projeto: "Férias na Câmara - Páscoa e Natal";



2017

Relatório de Gestão

- Projeto: "Férias de Verão para o pré-escolar 1.º e 2.º ciclo (meses de junho, julho e agosto)";
- Sarau de Natal para as crianças do pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Participação no projeto "Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar - Tâmega e Sousa";
- Participação na CIM-TS no âmbito do aprofundamento regional do SANQ - Sistema de Antecipação Nacional de Qualificações;
- Participação na preparação da implementação do Referencial de Educação para a segurança, a defesa e a paz;
- Conselho Municipal de Educação;
- Participação na concertação da oferta de ensino profissional para o ano letivo 2017/2018;
- Passeio Escolar dos alunos dos centros escolares;
- Comemorações do 10.º aniversário do Centro Escolar de S. Martinho de Mouros;
- Festa de Natal do Município para as crianças do concelho;
- Comemoração da 8.ª edição da Semana da Reflorestação Nacional, com os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Resende e o Gabinete Técnico Florestal.



2017

Relatório de Gestão

ACÇÃO SOCIAL E EMPREGO



Entendemos como essencial e determinante para o equilíbrio das sociedades, a garantia de condições de vida que dignifiquem a condição humana e que não se desbarate o **capital social e qualificação humana**.

Desenvolvemos políticas que visam a criação de emprego, o acesso à saúde, à educação, à cultura, algumas das conquistas das sociedades desenvolvidas, que importa salvaguardar.

Os tempos de grandes dificuldades que Portugal viveu nos últimos anos, com efeitos nefastos no quotidiano das famílias e cidadãos, têm exigido das entidades com responsabilidades de intervenção no domínio social, respostas que resolvam ou minimizem estes efeitos de crise.

O executivo continuou em 2017 a desenvolver uma política de apoio social, que visa por um lado atenuar os efeitos que a grave crise económica e financeira provocou em muitas famílias do concelho e por outro responder às necessidades dos cidadãos mais frágeis e desprotegidos.

19

Os cidadãos e famílias mais desprotegidos, têm merecido particular atenção no desenvolvimento de políticas sociais, considerando que estes momentos de grandes dificuldades provocam alterações na sociedade, no seio das famílias, nos padrões, nos princípios e nos problemas originados por estas mutações, como o desemprego, a exclusão social, o abandono, a pobreza, pelo que estes fatores estão sempre presentes na definição dessas políticas, onde a solidariedade social assume um papel central numa sociedade de desenvolvimento sustentável.

Em 2017, continuou-se a promover a atividade dos Centros Comunitários de S. Romão e Felgueiras em parceria com a Casa do Povo de Resende e, a apoiar instituições com intervenção na área social, visado reforçar o de apoio aos mais desfavorecidos e desprotegidos e por outro lado promover a empregabilidade social, já que nestes equipamentos muitos profissionais encontraram o seu emprego.

Durante o ano de 2017 foram os seguintes alguns dos investimentos realizados nesta área:

- Funcionamento do Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão;
- Funcionamento do Centro de Noite e Apoio Social de Felgueiras;



- Comparticipação a instituições que atuam no domínio das respostas sociais;
- Continuaram a apoiar-se as famílias mais desfavorecidas na realização de pequenas obras na habitação através do Fundo de Solidariedade Social;
- Executaram-se algumas iniciativas de promoção e de valorização dos nossos idosos e deficientes;
- Passeio sénior;
- Programa Ocupacional de "Tempos Livres para pessoas com mais de 65 anos e para reformados com idade inferior - Atividades aquáticas nas piscinas municipais cobertas";
- Programa "Não Estou Só" para idosos que vivam sós ou com outros idosos - Em monitorização nas freguesias de S. Martinho de Mouros, Barrô, Paus, S. João de Fontoura, União de Freguesias de Panchorra e Ovadas e União de Freguesias de Feirão e Felgueiras;
- Organização do Dia Internacional da Mulher;
- Programa de acompanhamento aos alcoólicos, em parceria com a equipa do RSI;
- Preparação e abertura da Loja Social;
- Ateliers para idosos a funcionar nas freguesias de Barrô, São Martinho de Mouros, Paus, Panchorra, Felgueiras e S. Cipriano;
- Participação na formação Matriz GOVINT (Governação Integrada);
- Organização da presença dos produtores do concelho na Feira de vinhos e gastronomia do Tâmega e Sousa, no Luxemburgo;
- Organização do dia do Idoso;
- Dia Internacional da Deficiência
- Incentivo ao Termalismo Sénior;
- Palestra "Felicidade e Envelhecimento" e apresentação do livro "Novas Competências para Novas Exigências no Cuidar" da autora Cláudia Moura;
- Workshops no âmbito da temática "Famílias felizes";
- Participação na organização do campeonato nacional de Boccia Sénior individual, Zona Douro;
- Participação na Agenda da Empregabilidade na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa;
- Participação no Encontro Nacional de apresentação do Relatório de Atividades da CPCJ, que decorreu em Idanha a Nova;
- Participação na organização do Festival da Cereja, no que concerne aos produtores e expositores;
- Organização de uma viagem dos Seniores dos Ateliers;
- Participação na CPCJ;
- Participação no Núcleo Local de Inserção;
- Organização do Dia Internacional da Felicidade;
- Organização do Dia Mundial da Saúde;
- Realização do II Concurso "O melhor doce de cereja";
- Participação na organização da Feira da Bonjória;



2017

Relatório de Gestão

-
- Organização da feira da cereja do ZOO da Maia;
 - Participação na organização do evento "Douro Verde Saberes e Sabores", que decorreu na Alfândega do Porto;
 - Organização da formação Segurança e Qualidade Alimentar em "CAVACAS DE RESENDE";



2017

Relatório de Gestão

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Relativamente ao ordenamento do território, temos desenvolvido políticas municipais que visam a concretização de investimentos com o objetivo de qualificar o território, promover a competitividade e a coesão territorial.

A execução de investimentos de qualificação do território, estiveram e continuam a estar bastante dependentes da utilização de instrumentos de financiamento ao abrigo de programas comunitários.

Somente em 2017 se regista algum avanço na execução do principal instrumento de financiamento para iniciativas municipais Portugal 2020, no que a investimentos públicos municipais respeita, que permitiu já a concretização de algum investimento.

Tendo sido aprovada no final de 2016 a candidatura pelo Norte 2020, no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), da “Reabilitação do Jardim Municipal 25 de Abril”, em 2017 concretizou-se este importante investimento que permitiu conferir maior dignidade e nobreza a este espaço urbano.

No âmbito do mesmo programa foi apresentada e aprovada a candidatura “Regeneração Urbana do Espaço Público da Envolvente Poente da Vila de São Martinho de Mouros”, que se concretizará no decurso de 2018.

Assim, das ações concretizadas em 2017, destacam-se:

- Execução da candidatura ao PARU “Reabilitação do Jardim Municipal 25 de Abril”;
- Aprovação da candidatura ao PARU “Regeneração Urbana do Espaço Público da Envolvente Poente da Vila de São Martinho de Mouros”;
- Requalificação da envolvente à Ponte de Ovadas;
- Manutenção nos edifícios municipais;

Continuamos a executar trabalhos de requalificação de espaços públicos em diversos locais do concelho.



2017

Relatório de Gestão

AMBIENTE

Saneamento Básico, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos



Nos últimos anos o município realizou um grande esforço financeiro na execução de investimentos no domínio do ambiente, de modo a dotar o concelho das infraestruturas básicas de água e saneamento. Durante o ano de 2017, continuamos a concretizar investimentos neste domínio em diversas freguesias do concelho, essencialmente com recurso à administração direta, de forma a atingir a integral cobertura do concelho deste tipo de infraestruturas.

Continuamos a apostar na melhoria da qualidade da recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

Durante exercício económico de 2017 executaram-se diversos investimentos e ações nesta área, executados por empreitada ou por administração direta, nomeadamente:

- Execução de rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em Fornelo, Córdova, Paredinhas e Cabreira - Paus;
- Execução da rede de drenagem de águas residuais e abastecimento de água no Areeiro, Pousadouros e Palma - Anreade;
- Execução da rede de águas pluviais em Pações e Corvo - Cárquere;
- Execução da rede de drenagem de águas residuais em Cantim de Baixo, Santa Eulália, Peneda, Portela de Cardoso– S. Martinho de Mouros;
- Execução da rede de abastecimento de água no lugar do Pinheiro e Silva - S. Martinho de Mouros;
- Execução da rede de drenagem de águas residuais e abastecimento de água no lugar de Paredes - S. Romão;
- Execução da rede de abastecimento de água no lugar na Quinta do Bairro - S. João de Fontoura;
- Manutenção, ampliação e reparação de construção civil em redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Etar`s de Entre Vinhas, Vales e Santa Eulália;
- Manutenção de espaços verdes;



2017

Relatório de Gestão

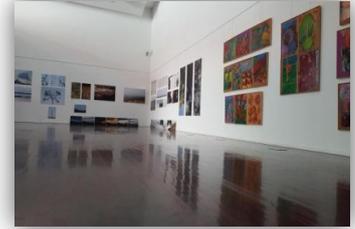
-
- Aprovação da candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) - Conclusão do Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Freigil;
 - Apresentação da candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Anreade;
 - Apresentação da candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) - Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Rossas;
 - Controlo da qualidade da água.



2017

Relatório de Gestão

CULTURA



No que às políticas culturais diz respeito, continuamos em 2017 a desenvolver programação cultural diversificada, com o objetivo de envolver e possibilitar a todos os resendenses o acesso à cultura.

A rede de equipamentos culturais construída nos últimos anos, permitem a realização de manifestações e eventos culturais de diversa índole e para públicos variados.

Continuou-se a aposta na valorização dos eventos “Festival da Cereja” e “Festa das Cavacas”, que associam à cultura a componente económica de valorização da base produtiva local, assumindo um papel relevante na afirmação do concelho no país.

O Município continuou a realizar um grande esforço financeiro, no sentido de proporcionar aos resendenses o acesso à cultura, e de entre os investimentos realizados nesta área, destacam-se:

- Atividades de dinamização do Museu Municipal, do Centro Cultural de Resende – Auditório Municipal, do Celeiro de Aregos – Centro de Animação e do Centro Cultural e Auditório de S. Cipriano;
- Dinamização da Academia de Música;
- Realização do “Festival da Cereja”;
- Realização da “Festa das Cavacas”;
- Realização da Festa da Labareda;
- Apoios a diversas instituições;
- Participação no Projeto “Rota do Românico”;
- Mini-concertos de Natal pelos alunos e professores da Academia de Música de Resende;
- Concerto de Ano Novo pelos alunos da Academia de Música de Resende;
- Peça de teatro "O Feiticeiro de Oz" - Apresentação de peça de teatro pela Oficina de Teatro Eça`Agora, no Centro Cultura de S. Cipriano e Auditório Municipal;
- Exposição temporária "O que esconde a máscara", no Museu Municipal;
- Atividades dos serviços educativos do Museu para as escolas no âmbito da exposição temporária "O que esconde a máscara";
- Cantar das Janeiras no Auditório Municipal;
- Trabalhos de operacionalização da candidatura Quintas do Barroco do Tâmega e Sousa – Festival Confluências;
- Atualização do inventário do património cultural;



- Requalificação da envolvente ao Mosteiro de Cárquere – Parque do Carvalhal;
- Mini-concertos de primavera pelos alunos da Academia de Música de Resende;
- Exposição temporária "Escultura de raiz", no Museu Municipal;
- Atividades dos serviços educativos do Museu para as escolas no âmbito das Férias na Câmara “À descoberta dos ovos da Páscoa no Museu Municipal”;
- Noite de Fados, no Auditório Municipal;
- I Concerto das escolas de música de Resende;
- Comemorações do 43.º aniversário do 25 de abril de 1974;
- Dia Internacional dos Museus e Sítios – Caminhada pelo Património Cultural do Montemuro;
- Visitas guiadas ao Centro Interpretativo da Cereja e do Montemuro e ao Museu Municipal;
- Sessão de esclarecimento sobre classificação de património cultural;
- Exposição temporária "Minhas raizes", no Museu Municipal;
- Comemoração do Dia dos Museus: Dizer o indizível nos Museus;
- Recriação da vida de uma comunidade agropastorial do Neolítico/calcolítico – Mamoia de S. Cristóvão – Felgueiras
- Festival Confluências - Quintas do Barroco do Tâmega e Sousa – Quinta da Soenga, S. Martinho de Mouros;
- Aregos Marina Fest – festival de música em Caldas de Aregos;
- Apresentação da peça “Exploradores da Serra”, pelo Teatro do Montemuro;
- Exposição temporária de pintura e fotografia "Praia. Campo. Cor e Memória", no Museu Municipal;
- Festa de Encerramento da Academia de Música de Resende;
- Concerto do Estágio da Banda Sinfónica – Igreja da Imaculada Conceição;
- Abertura do Fundo Local e Autores de Resende, no Museu Municipal;
- Lançamento da página eletrónica da Rede Concelhia das Bibliotecas de Resende;
- Exposição temporária de pintura “Rota do Românico. Uma Experiência Fundada na História”, do artista plástico António Silva, no Museu Municipal;
- Caminhada pela natureza – percurso pela Rota dos Cerejais, no âmbito das comemorações das Jornadas Europeias do Património 2017;
- Apresentação do livro “Contos Naif”, no Museu Municipal;



2017

Relatório de Gestão

DESPORTO



Como tem vindo a acontecer, neste domínio continuamos em 2017 a dinamizar e promover a prática do desporto, através da realização de inúmeras atividades desportivas que se registaram nos diversos equipamentos e infraestruturas.

De entre os investimentos realizados em 2017, destacam-se:

- Exploração e dinamização do Estádio Municipal de Fornelos, em parceria com o Grupo Desportivo de Resende
- Exploração e dinamização das Piscinas Municipais Cobertas, Piscinas da Granja, Piscinas de Porto de Rei e Piscinas de Caldas de Aregos;
- Exploração e dinamização dos Pavilhão Gimnodesportivo de Resende, S. Martinho de Mouros, Anreade e Freigil
- 4º Encontro de Boccia Sénior;
- Organização do Encontro Municipal de Gira-Vólei;
- Participação no Encontro Regional de Gira-Vólei, realizado em Tondela;
- Organização conjunta com o Clube de Natação de Resende do “Circuito Regional de Natação”;
- Participação no Encontro Nacional de Gira-Vólei, realizado em Castelo de Vide;
- Participação nas “Olimpíadas do Desporto”, organizado pela CIM-Tâmega e Sousa, em Paços de Ferreira e Amarante;
- Estágio da Seleção Regional de Andebol (iniciados masculinos), no Pavilhão de Anreade;
- Gala do Desporto, no Auditório Municipal de Resende
- Perícia Automóvel – Labareda 2017
- Realização de trabalhos de manutenção dos equipamentos existentes
- Apoios a associações e coletividades desportivas
- Realização de outros eventos desportivos



2017

Relatório de Gestão

RECREIO, LAZER E TRANSPORTES FLUVIAIS



Os recursos naturais e paisagísticos que o concelho possui, com uma localização que se estende do Douro à serra do Montemuro, têm possibilitado intervenções de qualificação de espaços de recreio e lazer e sua afetação à utilização das populações.

O Parque Fluvial de Porto de Rei, a Zona Envolvente da Ponte da Lagariça – Freigil, a Zona Envolvente da Ponte da Panchorra, a Marina de Caldas de Aregos e o Parque Ribeirinho do Bernardo, são exemplos de qualificação de espaços naturais em benefício das nossas populações e dos que nos visitam, tendo-se continuado a investir em 2017 na dinamização destes equipamentos.

Assumido como projeto determinante para o desenvolvimento do concelho, continuou-se em 2017 a desenvolver as iniciativas necessárias com vista à concretização do “Empreendimento Turístico das Caldas de Aregos” que tem como principal objetivo potenciar este importante ativo concelhio com o recurso ao envolvimento de privados.

28

De entre os investimentos realizados em 2017, destacam-se:

- Funcionamento das Termas de Caldas de Aregos
- Atividades de animação e exploração da Marina de Caldas de Aregos, do Parque Fluvial de Porto de Rei, da Zona Envolvente da Ponte da Panchorra, da Zona Envolvente da Ponte da Lagariça – Freigil e Parque Ribeirinho do Bernardo.
- Lançamento do "Concurso Público Internacional para a Celebração de Contrato de Cessão de Exploração das Termas de Caldas de Aregos" e adjudicação.



2017

Relatório de Gestão

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS



No domínio das infraestruturas rodoviárias, continuou-se com recurso a intervenções por empreitada e por administração direta a beneficiar diversas vias municipais nas freguesias, concretizando intervenções de, pavimentação e beneficiação da rede viária Municipal

No que respeita à acessibilidade entre o concelho e as vias estruturantes regionais e nacionais, nomeadamente a ligação Resende-Bigorne (EN 222-2) e Ponte da Ermida-Baião, em 2017 continuou-se a desenvolver as iniciativas necessárias junto de diversas entidades, no sentido da sua concretização.

De entre os investimentos realizados em 2017, destacamos:

- Execução da empreitada da “Beneficiação da estrada EN222 - Vila Verde - Limite Concelho”;
- Execução da empreitada da “Beneficiação da estrada S. Martinho de Mouros - Paus - EN222”;
- Execução da empreitada da “Beneficiação da estrada Seara - Cêtos - Pataria - EN222”;
- Execução da empreitada da “Beneficiação da estrada Beba - Joaves - Luzelos”;
- Execução da empreitada da “Beneficiação da estrada Corvo - Altos - Palma - Alcavalas”;
- Lançamento da empreitada da “Estrada Municipal EN Cárquere - Enxertado”;
- Lançamento da empreitada da “Estrada Municipal Massora - Vale de Paus”;
- Reposição de pavimento em Pimeiro - Felgueiras;
- Reposição de pavimento em Lagariça e Casalinho – Freigil;
- Limpeza, manutenção e conservação de vias municipais;
- Repavimentações betuminosas asfálticas de algumas vias municipais onde foram executadas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;
- Repavimentações betuminosas asfálticas em diversas vias;
- Pavimentações a betonilha de alguns caminhos no concelho;
- Execução de muros de suporte em algumas vias municipais.



2017

Relatório de Gestão

COMÉRCIO E TURISMO



Os recursos endógenos associados à atividade agrícola, com especial foco na produção de cereja, a produção de cavacas, a criação de gado de raça arouquesa e Termas de Caldas de Aregos, são as grandes marcas que proporcionarão a alavancagem da atividade económica e da empregabilidade do concelho.

Os recursos endógenos são e continuarão a ser uma das principais alavancas da economia local, indutores de atividade económica e empregabilidade.

A valorização e promoção dos recursos endógenos como as marcas “Festival da Cereja” e a “Festa das Cavacas”, a produção de gado de raça arouquesa e também o termalismo de Caldas de Aregos, continuou a ser uma prioridade nas políticas municipais, representando recursos de afirmação do concelho e da sua economia.

30

Em linha com o que temos concretizado nos últimos anos, em 2017 continuamos a promover e valorizar os recursos endógenos como fatores preponderantes para a competitividade do concelho, da sua economia e empregabilidade.

De entre projetos e iniciativas do ano de 2017, destacamos:

- Festa das Cavacas, no Pavilhão Multiusos de Caldas de Aregos;
- Festival da Cereja;
- Participação nas Feiras de Turismo em colaboração com a CIM-TS (FITUR – Feira de Turismo de Madrid e BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa);
- Participação na campanha “Tâmega e Sousa Enogastronómico”, no Porto Welcome Center, com a promoção da “Rota da Cerejeira – da flor à cereja”, da Festa das Cavacas e das Termas de Caldas de Aregos;
- Colaboração com a Entidade de Turismo Porto e Norte de Portugal na promoção turística do concelho;
- Preparação de candidatura ao Turismo de Portugal, no âmbito do programa “Valorizar”, com a CIM-TS;



- Execução da candidatura “Vivenciar Montemuro” – Definição, implementação e sinalização de uma rede de percursos pedestres e BTT e infraestruturas de apoio ao visitante;
- Preparação da candidatura à linha de apoio à disponibilização da redes wi-fi ao Programa “Valorizar” – Turismo de Portugal;
- “Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo – Tâmega” - Inauguração do Parque do Carvalhal;
- “Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo – Tâmega” – “Centro de Informação da Rota do Românico – Mosteiro de Santa Maria de Cárquere” – Adjudicação de Empreitada e início da execução;
- Candidatura aprovada “Valorização Patrimonial da Rota do Românico” – Conservação e Restauro de Retábulos, Teto, Púlpito e Esculturas da Igreja de São Martinho de Mouros e Conservação e Restauro de Retábulos e Esculturas da Igreja de Barrô” ao Programa “Valorizar” – Turismo de Portugal;
- Aprovação da candidatura no âmbito do PDR2020, "Grupo Operacional associado à produção da cereja", parceria entre o Município de Resende, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Cermouros e a Dólmén, visando o desenvolvimento de trabalhos científicos em torno da fileira da cereja, ordenamento do setor, prestação serviços de informação e aconselhamento, no sentido de valorizar a atividade económica do setor da produção de cereja e que se represente acréscimo de empregabilidade e competitividade;
- Participação nas Comemorações do Dia de Portugal na Galiza –Ourense;
- Ação de promoção e divulgação do território junto do mercado espanhol, organizada pela Rota do Românico em parceria com o Turismo de Portugal, em colaboração com o Município;
- Rota da Cerejeira, da flor à cereja;
- Participação nas jornadas de turismo, promovidas pelo ISLA com o tema “Douro Verde”;
- Promoção turística do concelho – Visita de operadores turísticos da Galiza;
- Participação nos “Caminhos de Jacinto”;
- “Aregos Marina Fest”;
- Cereja de Resende no Zoo da Maia;
- Feira de S. Cristóvão, em Felgueiras



2017

Relatório de Gestão

JUNTAS DE FREGUESIA



Em 2017, como tem vindo a acontecer nos últimos anos e, como forma de reforço da autonomia financeira das Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal continuou, a transferiu 60.000 euros distribuídos segundo o critério utilizado pela Administração Central para a atribuição do Fundo de Financiamento da Freguesia.

A Câmara continuou a desenvolver uma política de cooperação com todas as Juntas de Freguesia do Concelho, delegando competências para a execução de algumas obras e transferindo para estas as verbas necessárias para a sua execução.



5 - Grandes Opções do Plano

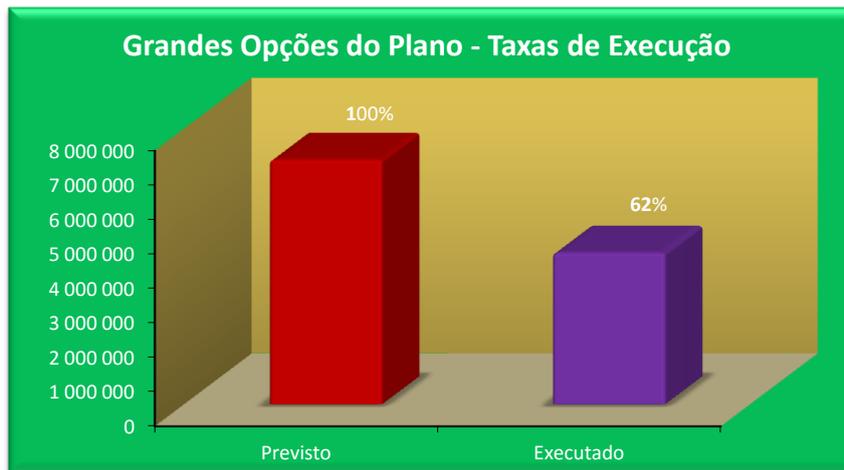




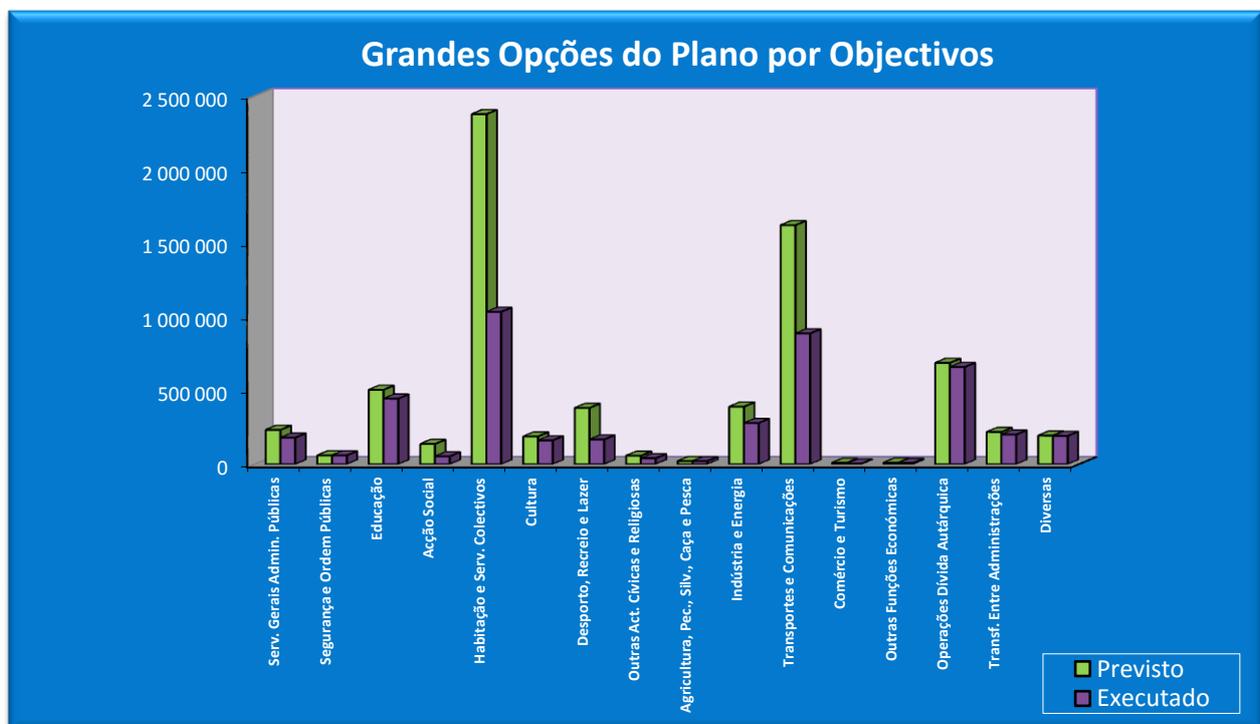
5 – Grandes Opções do Plano

Execução das GOP`s

As Grandes Opções do Plano (GOP`s) traduzem as linhas de desenvolvimento estratégico municipal e incluem, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).



Dos 7.097.089,34€ previstos nas GOP`s, executaram-se 4.398.644,00€, o que corresponde a uma taxa de execução de 62%, cuja representação gráfica é apresentada na imagem anterior.



No gráfico anterior são apresentados os níveis de execução por sectores de atividade.



2017

Relatório de Gestão

Execução do PPI

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) corresponde às despesas de investimento realizadas pelo município.

O quadro seguinte demonstra a execução do Plano Plurianual de Investimentos por funções, sendo que dos 4.918.420,95€ previstos, executaram-se 2.559.280,94€, representando uma taxa de execução de 52,03%.

Estrutura e Execução do Investimento por Funções em 2017						
Domínios	Previsto		Executado		Desvio	Taxa de Execução %
	Valor	%	Valor	%		
Serviços Gerais de Administração Pública	230 825,67 €	4,69	178 581,23 €	6,98	- 52 244,44 €	77,37
Segurança e Ordem Públicas	30 202,00 €	0,61	30 000,00 €	1,17	- 202,00 €	99,33
Educação	13 001,00 €	0,26	9 573,13 €	0,37	- 3 427,87 €	73,63
Segurança e Acção Sociais	109 003,00 €	2,22	26 166,41 €	1,02	- 82 836,59 €	24,01
Habituação e Serviços Colectivos	1 779 319,58 €	36,18	550 098,92 €	21,49	- 1 229 220,66 €	30,92
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	248 100,00 €	5,04	46 008,11 €	1,80	- 202 091,89 €	18,54
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	- €	0,00	- €	0,00	- €	0,00
Indústria e Energia	15 900,00 €	0,32	15 473,81 €	0,60	- 426,19 €	97,32
Transportes e Comunicações	1 622 536,01 €	32,99	887 973,49 €	34,70	- 734 562,52 €	54,73
Comércio e Turismo	10 200,00 €	0,21	4 386,37 €	0,17	- 5 813,63 €	43,00
Outras Funções Económicas	2 000,00 €	0,04	- €	0,00	- 2 000,00 €	0,00
Outras Funções de Investimento Autárquico	857 333,69 €	17,43	811 019,47 €	31,69	- 46 314,22 €	94,60
Total Geral	4 918 420,95 €	100,00	2 559 280,94 €	100,00	- 2 359 140,01 €	52,03

Execução do PAM

O Plano de Atividades Municipais (PAM) corresponde às despesas realizadas pelo município com atividades relevantes.

O quadro seguinte demonstra a execução do Plano de Atividades Municipais por funções, sendo que dos 2.178.668,39€ previstos, executaram-se 1.839.363,06€, representando uma taxa de execução de 84,43%.

Estrutura e Execução do Plano de Atividades Municipais (PAM) por Funções em 2017						
Domínios	Previsto		Executado		Desvio	Taxa de Execução %
	Valor	%	Valor	%		
Serviços Gerais de Administração Pública	2 577,00 €	0,12	1 612,86 €	0,09	- 964,14 €	62,59
Segurança e Ordem Públicas	30 001,00 €	1,38	30 000,00 €	1,63	- 1,00 €	100,00
Educação	492 039,00 €	22,58	435 745,50 €	23,69	- 56 293,50 €	88,56
Segurança e Acção Sociais	28 510,00 €	1,31	27 462,15 €	1,49	- 1 047,85 €	96,32
Habituação e Serviços Colectivos	596 565,00 €	27,38	484 037,23 €	26,32	- 112 527,77 €	81,14
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	380 373,00 €	17,46	324 468,21 €	17,64	- 55 904,79 €	85,30
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	21 000,00 €	0,96	20 897,50 €	1,14	- 102,50 €	99,51
Indústria e Energia	374 920,00 €	17,21	264 081,60 €	14,36	- 110 838,40 €	70,44
Outras Funções Económicas	9 000,00 €	0,41	8 912,84 €	0,48	- 87,16 €	99,03
Outras Funções de Investimento Autárquico	243 683,39 €	11,18	242 145,17 €	13,16	- 1 538,22 €	99,37
Total Geral	2 178 668,39 €	100,00	1 839 363,06 €	100,00	- 339 305,33 €	84,43

6 - Execução Orçamental





2017

Relatório de Gestão

6 – Execução Orçamental

Os dados da execução orçamental de 2017 demonstram uma taxa de execução de 86,2%, correspondentes a cerca de 12 milhões de euros de receita arrecadada. Importa registar que se expurgado o efeito do saldo da gerência anterior, a taxa de execução situa-se nos 79,5%.

6.1 – Execução Global

Designação	Orçamento			
	Previsto (a)	Executado (b)	Desvio (b – a)	Taxa de Execução (%)
Saldo de Gerência Anterior		935.184,32 €		
Receitas (*)	13.968.420,95 €	12.043.592,90 €	-1.924.828,05 €	86,2
Receitas Correntes	9.655.000,00 €	9.291.523,85 €	-363.476,15 €	96,2
Receitas de Capital	3.378.236,63 €	1.816.884,73 €	-1.561.351,90 €	53,8
Despesas	13.968.420,95 €	10.862.758,19 €	-3.105.662,76 €	77,8
Despesas Correntes	9.050.000,00 €	8.303.477,25 €	-746.522,75 €	91,8
Despesas de Capital	4.918.420,95 €	2.559.280,94 €	-2.359.140,01 €	52,0

(*) Inclui Saldo da gerência anterior

37

No quadro seguinte apresenta-se o mapa resumo dos fluxos de caixa de 2017, com o resumo de recebimentos e pagamentos.

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência Anterior	1 220 564,96 €	Despesas Orçamentais	10 862 758,19 €
Execução Orçamental	935 184,32 €	Correntes	8 303 477,25 €
Operações de Tesouraria	285 380,64 €	Capital	2 559 280,94 €
Receitas Orçamentais	11 108 408,58 €	Operações de Tesouraria	903 178,21 €
Correntes	9 291 523,85 €	Saldo para a Gerência Seguinte	1 421 952,18 €
Capital	1 816 214,40 €	Execução Orçamental	1 180 834,71 €
Outras	670,33 €	Operações de Tesouraria	241 117,47 €
Operações de Tesouraria	858 915,04 €		
Total	13 187 888,58 €	Total	13 187 888,58 €

Relativamente ao mapa anterior, importa registar que em resultado do entendimento do Tribunal de Contas e após validação junto da DGAL, o saldo inicial de Operações de Tesouraria (285.380,64€) difere do saldo final de 2016 (56.421,84€) pelo facto de se ter incluído neste saldo o valor correspondente a fundos caucionados relacionados com fluxos monetários, que antes só eram apresentados nos mapas de contas de ordem. Este facto não deriva de novos movimentos contabilísticos, mas somente de ajustamento ao mapa.



6.2 – Execução Orçamental da Receita

Execução da Receita 2017

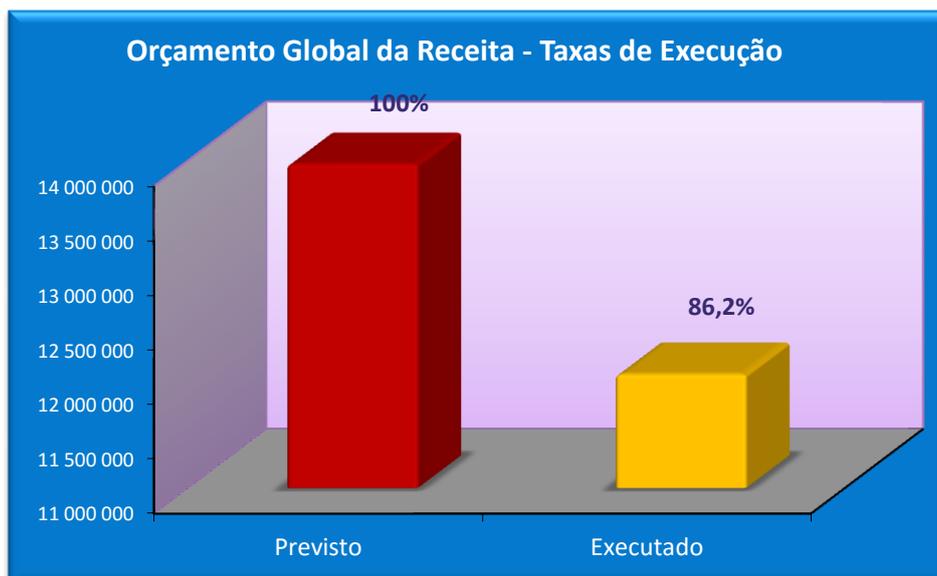
Conforme se pode verificar através da análise do quadro seguinte, a receita total arrecadada em 2017 ascendeu a 12.043.592,90 €, representando uma taxa de execução de 86,2% relativamente ao previsto.

Verifica-se uma taxa de execução das receitas correntes de 96,2% e das receitas de capital de 53,8%.

Designação	Orçamento			
	Previsto (a)	Executado (b)	Desvio (b – a)	Taxa de Execução (%)
Saldo de Gerência Anterior		935.184,32 €		
Receitas (*)	13.968.420,95 €	12.043.592,90 €	-1.924.828,05 €	86,2
Receitas Correntes	9.655.000,00 €	9.291.523,85 €	-363.476,15 €	96,2
Receitas de Capital	3.378.236,63 €	1.816.884,73 €	-1.561.351,90 €	53,8

(*) Inclui Saldo da gerência anterior

O gráfico seguinte apresenta a taxa de execução global da receita, tendo-se situado em cerca de 86,2%.





2017

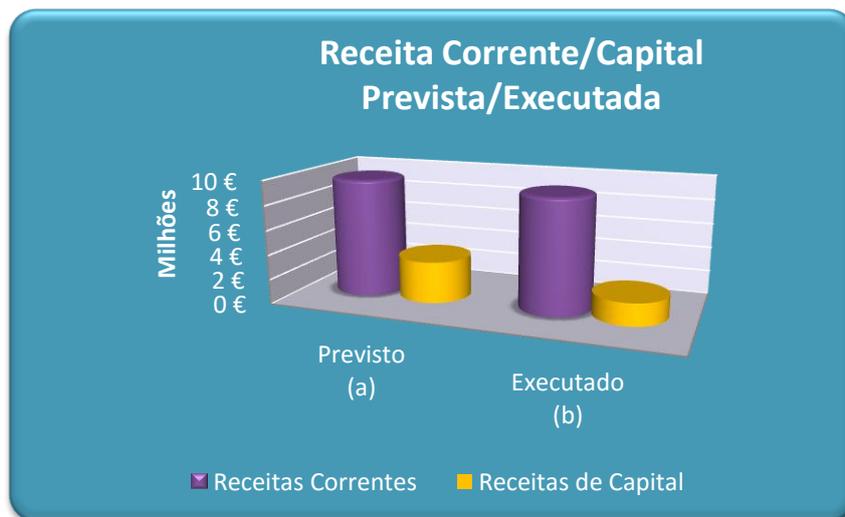
Relatório de Gestão

Receita Corrente/Receita de Capital

A receita corrente prevista totalizou 9.655.000,00€ tendo-se executado 9.291.523,85€ o que corresponde a uma taxa de execução da receita corrente de 96,2%.

A receita de capital prevista foi de 3.378.236,63€ tendo-se executado 1.816.884,73€, representado uma taxa de execução da receita de capital de 53,8%.

A figura seguinte corresponde à representa gráfica da receita corrente e de capital nos montantes previstos e executados



39

No quadro seguinte apresenta-se desagregado por capítulos de receita, os montantes previstos/orçamentados, a execução, os correspondentes desvios e o grau de execução.

Importa realçar que as transferências correntes e de capital, do orçamento de estado e de fundos comunitários representam de 67,23% da totalidade das receitas arrecadadas.

Receita Orçamentada e Cobrada por Classificação Económica em 2017								
Cód.	Descrição	Orçamento Previsto		Executado		Desvio		Taxa de Execução %
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Receitas Correntes	9 655 000,00 €	74,08	9 291 523,85 €	83,64	- 363 476,15 €	18,88	96,24
01	Impostos Directos	1 453 716,57 €	11,15	1 404 766,80 €	12,65	- 48 949,77 €	2,54	96,63
02	Impostos Indirectos	47 566,93 €	0,36	47 777,75 €	0,43	210,82 €	-0,01	100,44
04	Taxas, multas e outras penalidades	149 295,97 €	1,15	177 494,96 €	1,60	28 198,99 €	-1,47	118,89
05	Rendimentos de Propriedade	575 654,45 €	4,42	493 988,26 €	4,45	- 81 666,19 €	4,24	85,81
06	Transferências Correntes	6 721 820,67 €	51,57	6 478 048,34 €	58,32	- 243 772,33 €	12,66	96,37
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	681 199,05 €	5,23	668 599,53 €	6,02	- 12 599,52 €	0,65	98,15
08	Outras Receitas Correntes	25 746,36 €	0,20	20 848,21 €	0,19	- 4 898,15 €	0,25	80,98
	Receitas Capital	3 378 236,63 €	25,92	1 816 884,73 €	16,36	- 1 561 351,90 €	81,12	53,78
09	Venda de Bens Duradouros	300,00 €	0,00	- €	0,00	- 300,00 €	0,02	0,00
10	Transferências de capital	2 040 021,51 €	15,65	955 538,38 €	8,60	- 1 084 483,13 €	56,34	46,84
11	Activos Financeiros	466 938,83 €	3,58	- €	0,00	- 466 938,83 €	24,26	0,00
12	Passivos Financeiros	860 672,02 €	6,60	860 676,02 €	7,75	4,00 €	0,00	100,00
13	Outras Receitas de Capital	10 294,27 €	0,08	- €	0,00	- 10 294,27 €	0,53	0,00
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00 €	0,00	670,33 €	0,01	660,33 €	-0,03	6703,30
	Total Geral	13 033 236,63 €	100,00	11 108 408,58 €	100,00	- 1 924 828,05 €	100,00	85,23
	Saldo de Gerência Transitado	935 184,32 €						



2017

Relatório de Gestão

Evolução da Receita 2013-2017

O quadro seguinte apresenta a evolução das receitas entre 2013 e 2017, registando-se um acréscimo relativamente ao ano anterior de 1,46% e uma quebra da receita arrecadada em 2017 comparada com 2013 cerca de 10,14%.

Evolução das Receitas entre 2013 e 2017					
	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	8 633 475,11 €	9 027 539,87 €	9 135 983,30 €	9 511 352,38 €	9 291 523,85 €
Receitas Capital	1 451 890,14 €	688 761,56 €	1 345 048,43 €	1 436 712,26 €	1 816 884,73 €
Receita Total	10 085 365,25 €	9 716 301,43 €	10 481 031,73 €	10 948 064,64 €	11 108 408,58 €
	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	85,6%	92,9%	87,2%	86,9%	83,6%
Receitas Capital	14,4%	7,1%	12,8%	13,1%	16,4%
Receita Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quanto à natureza das receitas, no período compreendido entre 2013-2017, verifica-se que expurgadas algumas situações extraordinárias o comportamento de recitas correntes não sofre flutuações significativas. Relativamente às nas receitas de capital, as flutuações estão normalmente associadas à arrecadação de receita referente a fundos comunitários e a passivos financeiros.

40

De seguida apresenta-se a representação gráfica do quadro anterior:

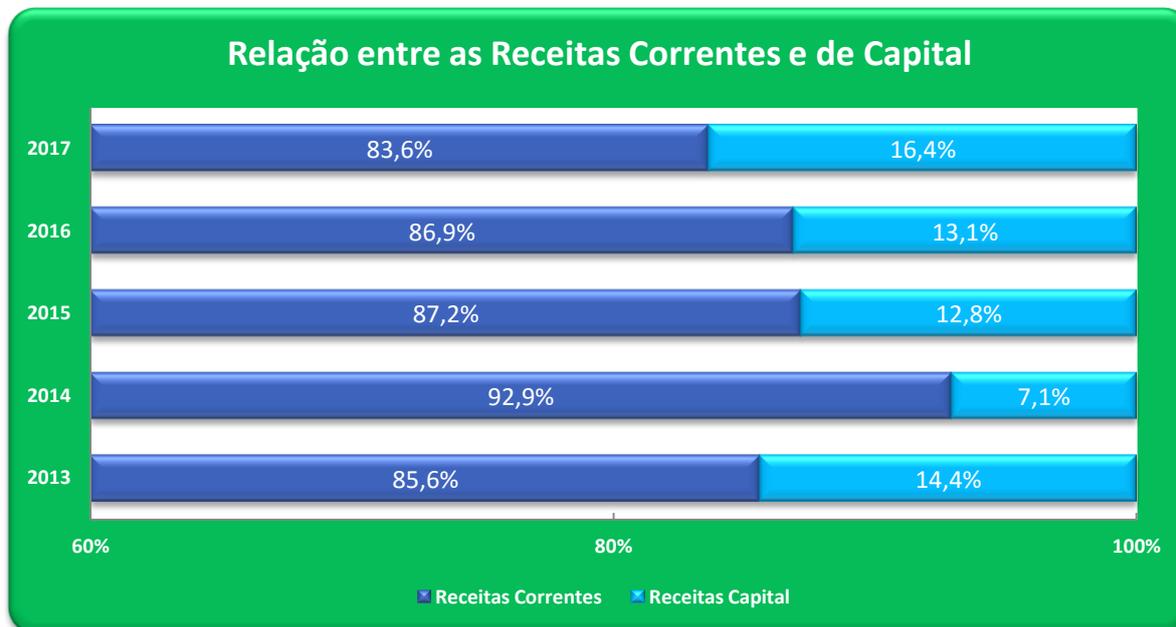




2017

Relatório de Gestão

A figura seguinte permite constatar a relação entre as receitas correntes e de capital arrecadadas entre 2013 e 2017.



A natureza das receitas, correntes e de capital, refletem o descrito no gráfico anterior.

De forma mais detalhada, o quadro seguinte traduz a evolução das receitas entre 2013 e 2017 por capítulos de receita.

41

Evolução das Receitas entre 2013 e 2017											
Cód.	Despesa por Capítulos	2013		2014		2015		2016		2017	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Receitas Correntes	8 633 475,11 €	85,6	9 027 539,87 €	92,9	9 135 983,30 €	87,2	9 511 352,38 €	86,9	9 291 523,85 €	83,6
01	Impostos Directos	1 212 314,42 €	12,0	1 461 946,68 €	15,0	1 535 627,55 €	14,7	1 472 360,70 €	13,4	1 404 766,80 €	12,6
02	Impostos Indirectos	64 586,76 €	0,6	56 526,56 €	0,6	49 666,63 €	0,5	46 405,49 €	0,4	47 777,75 €	0,4
04	Taxas, multas e outras penalidades	166 161,47 €	1,6	167 183,89 €	1,7	140 917,13 €	1,3	162 988,47 €	1,5	177 494,96 €	1,6
05	Rendimentos de Propriedade	655 315,13 €	6,5	614 069,30 €	6,3	559 159,89 €	5,3	721 983,09 €	6,6	493 988,26 €	4,4
06	Transferências Correntes	5 676 685,24 €	56,3	5 968 616,01 €	61,4	6 172 410,10 €	58,9	6 288 915,35 €	57,4	6 478 048,34 €	58,3
	<i>Orçamento de Estado (LFL)</i>	5 604 973,72 €	55,6	5 883 663,97 €	60,6	6 109 310,73 €	58,3	6 192 120,62 €	56,6	6 353 228,90 €	57,2
	<i>Outras Transferências</i>	71 711,52 €	0,7	84 952,04 €	0,9	63 099,37 €	0,6	96 794,73 €	0,9	124 819,44 €	1,1
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	742 244,09 €	7,4	720 756,07 €	7,4	656 663,06 €	6,3	674 536,48 €	6,2	668 599,53 €	6,0
08	Outras Receitas Correntes	116 168,00 €	1,2	38 441,36 €	0,4	21 538,94 €	0,2	144 162,80 €	1,3	20 848,21 €	0,2
	Receitas Capital	1 451 890,14 €	14,4	688 761,56 €	7,1	1 345 048,43 €	12,8	1 436 712,26 €	13,1	1 816 884,73 €	16,4
09	Venda de Bens Duradouros	8 093,00 €	0,1	- €	0,0	9 283,75 €	0,1	- €	0,0	- €	0,0
10	Transferências de capital	1 443 637,74 €	14,3	688 419,94 €	7,1	1 334 940,52 €	12,7	686 712,26 €	6,3	955 538,38 €	8,6
	<i>Orçamento de Estado (LFL)</i>	1 077 910,00 €	10,7	524 461,00 €	5,4	546 648,00 €	5,2	554 246,00 €	5,1	573 677,00 €	5,2
	<i>Outras Transferências</i>	365 727,74 €	3,6	163 958,94 €	1,7	788 292,52 €	7,5	132 466,26 €	1,2	381 861,38 €	3,4
11	Activos Financeiros	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0
12	Passivos Financeiros	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0	750 000,00 €	6,9	860 676,02 €	7,7
13	Outras Receitas de Capital	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0	- €	0,0
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	159,40 €	0,0	341,62 €	0,0	824,16 €	0,0	- €	0,0	670,33 €	0,0
	Total	10 085 365,25 €	100,0	9 716 301,43 €	100,0	10 481 031,73 €	100,0	10 948 064,64 €	100,0	11 108 408,58 €	100,0

Da análise do quadro pode constatar-se o descrito nos quadros e gráficos anteriores.

Há semelhança da maioria dos pequenos municípios, nota-se uma forte dependência das transferências do OE e outras.



2017

Relatório de Gestão

6.3 – Execução Orçamental da Despesa

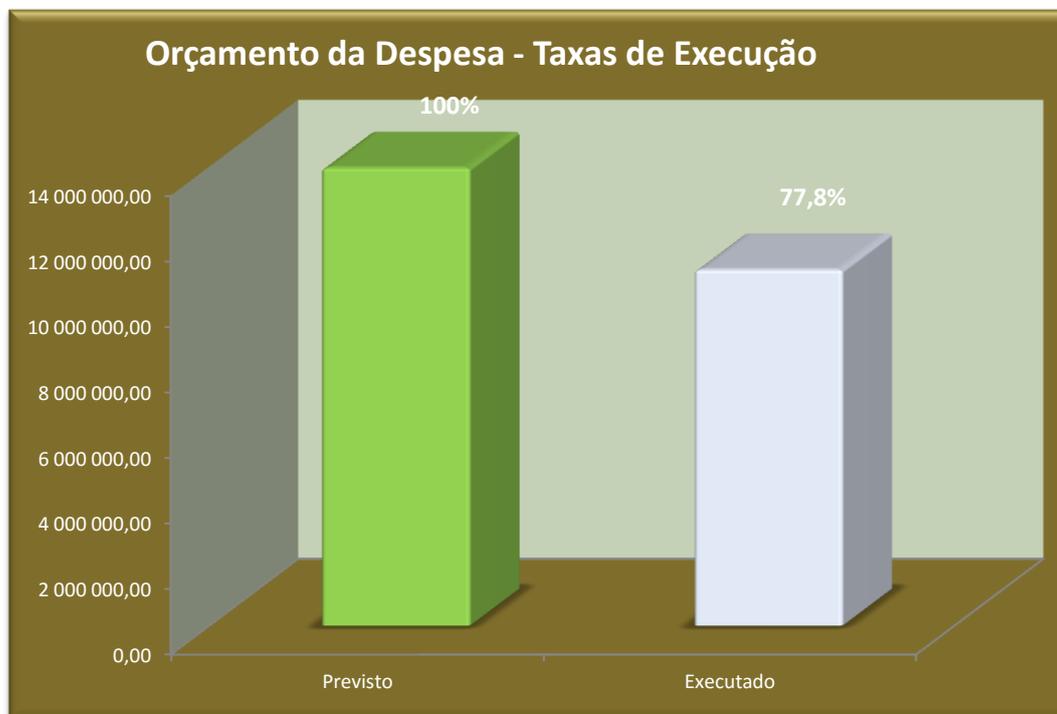
Execução da Despesa 2017

O quadro seguinte traduz ao nível da despesa a previsão e execução de 2017. Consta-se que da despesa prevista de 13.968.420,95€ se executaram 10.862.758,19€, a que corresponde uma taxa de execução global de 77,8%.

No que respeita à despesa corrente registou-se uma execução de 91,8% e a despesa de capital de 52,0%.

Designação	Orçamento			
	Previsto (a)	Executado (b)	Desvio (b - a)	Taxa de Execução (%)
Despesas	13.968.420,95 €	10.862.758,19 €	-3.105.662,76 €	77,8
Despesas Correntes	9.050.000,00 €	8.303.477,25 €	-746.522,75 €	91,8
Despesas de Capital	4.918.420,95 €	2.559.280,94 €	-2.359.140,01 €	52,0

A figura seguinte é a tradução gráfica da execução da despesa de 2017.



O gráfico anterior traduz a taxa de execução da despesa que se situou nos 77,8%.

**2017****Relatório de Gestão**

O quadro seguinte traduz a execução orçamental de 2017 por capítulos de despesa.

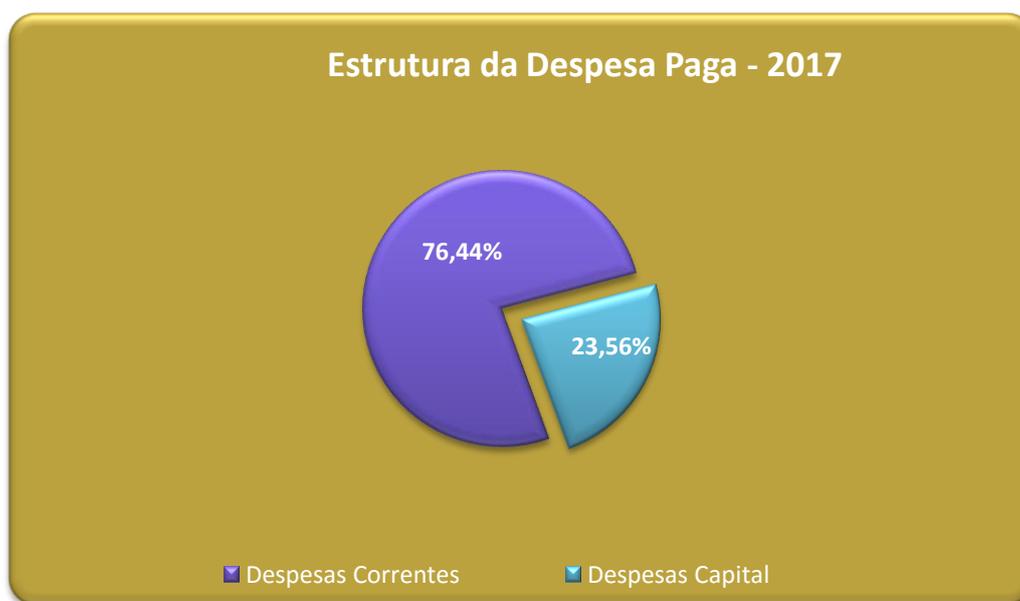
Estrutura e Execução Orçamental da Despesa por Capítulos								
Cód.	Descrição	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio		Taxa de Execução %
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Despesas Correntes	9 050 000,00 €	64,79	8 303 477,25 €	76,44	- 746 522,75 €	24,04	91,75
01	Despesas com pessoal	4 669 915,00 €	33,43	4 584 523,36 €	42,20	- 85 391,64 €	2,75	98,17
02	Aquisição de bens e serviços	3 229 718,61 €	23,12	2 702 338,71 €	24,88	- 527 379,90 €	16,98	83,67
03	Juros e outros encargos	61 312,39 €	0,44	48 728,48 €	0,45	- 12 583,91 €	0,41	79,48
04	Transferências correntes	771 632,00 €	5,52	664 677,51 €	6,12	- 106 954,49 €	3,44	86,14
05	Subsídios	192 400,00 €	1,38	192 287,72 €	1,77	- 112,28 €	0,00	99,94
06	Outras despesas correntes	125 022,00 €	0,90	110 921,47 €	1,02	- 14 100,53 €	0,45	88,72
	Despesas Capital	4 918 420,95 €	35,21	2 559 280,94 €	23,56	- 2 359 140,01 €	75,96	52,03
07	Aquisição de bens de capital	3 895 587,26 €	27,89	1 649 874,23 €	15,19	- 2 245 713,03 €	72,31	42,35
08	Transferências de capital	371 000,00 €	2,66	286 505,72 €	2,64	- 84 494,28 €	2,72	77,23
09	Activos financeiros	70 000,00 €	0,50	69 311,00 €	0,64	- 689,00 €	0,02	99,02
10	Passivos financeiros	579 833,69 €	4,15	553 589,99 €	5,10	- 26 243,70 €	0,85	95,47
11	Outras despesas de capital	2 000,00 €	0,01	- €	0,00	- 2 000,00 €	0,06	0,00
	Total Geral	13 968 420,95 €	100,00	10 862 758,19 €	100,00	- 3 105 662,76 €	100,00	77,77

O quadro traduz a execução orçamental por capítulos de despesa, registando-se que de entre as despesas correntes se destacam as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, sendo que dos 76,44% de despesa corrente paga, 42,20% respeitam a despesas com pessoal e 24,88% a aquisição de bens e serviços.

No que respeita à despesa de capital, que ascende a 23,56% da totalidade da despesa paga, as aquisição de bens de capital representam 15,19%, transferências de capital com 2,64% e passivos financeiros com 5,10%.

43

A representação gráfica do peso da despesa corrente e despesa de capital na despesa total é traduzido pelo gráfico que se segue.



**2017****Relatório de Gestão**

Evolução da Despesa 2013-2017

No quadro que se segue apresenta-se a evolução das despesas por capítulos entre 2013 e 2017.

Comparação da Despesa Paga entre 2013 e 2017											
Cód.	Despesa por Capítulos	2013		2014		2015		2016		2017	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	7 858 941,29 €	77,3	7 817 510,97 €	80,3	8 207 018,19 €	78,4	8 418 985,09 €	83,7	8 303 477,25 €	76,4
01	Despesas com pessoal	4 246 823,06 €	41,8	4 304 553,47 €	44,2	4 297 564,60 €	41,1	4 391 640,48 €	43,6	4 584 523,36 €	42,2
02	Aquisição de bens e serviços	2 934 384,09 €	28,9	2 701 896,77 €	27,8	2 977 848,47 €	28,5	2 957 236,53 €	29,4	2 702 338,71 €	24,9
03	Juros e outros encargos	142 246,73 €	1,4	153 195,90 €	1,6	114 514,18 €	1,1	138 578,47 €	1,4	48 728,48 €	0,4
04	Transferências correntes	297 022,15 €	2,9	326 892,90 €	3,4	485 741,14 €	4,6	622 862,25 €	6,2	664 677,51 €	6,1
05	Subsídios	170 000,00 €	1,7	278 357,69 €	2,9	267 651,70 €	2,6	215 000,00 €	2,1	192 287,72 €	1,8
06	Outras despesas correntes	68 465,26 €	0,7	52 614,24 €	0,5	63 698,10 €	0,6	93 667,36 €	0,9	110 921,47 €	1,0
	Despesas Capital	2 301 411,02 €	22,7	1 915 988,59 €	19,7	2 257 337,93 €	21,6	1 642 949,16 €	16,3	2 559 280,94 €	23,6
07	Aquisição de bens de capital	1 521 423,68 €	15,0	1 066 072,83 €	11,0	1 228 462,17 €	11,7	772 904,63 €	7,7	1 649 874,23 €	15,2
08	Transferências de capital	219 738,93 €	2,2	277 608,86 €	2,9	243 722,88 €	2,3	219 098,98 €	2,2	286 505,72 €	2,6
09	Activos financeiros	- €	0,0	- €	0,0	69 311,00 €	0,7	69 310,68 €	0,7	69 311,00 €	0,6
10	Passivos financeiros	560 248,41 €	5,5	572 306,90 €	5,9	542 291,64 €	5,2	535 647,32 €	5,3	553 589,99 €	5,1
11	Outras despesas de capital	- €	0,0	- €	0,0	173 550,24 €	1,7	45 987,55 €	0,5	- €	0,0
	Total de despesa paga	10 160 352,31 €	100,00	9 733 499,56 €	100,00	10 464 356,12 €	100,00	10 061 934,25 €	100,00	10 862 758,19 €	100,00

44

Relativamente à evolução da despesa de 2013 a 2017, importa registar:

- As despesas com o pessoal assumem grande relevância no total das despesas.
- Relativamente ao ano anterior, com exceção da aquisição de bens de capital, que apresenta um acréscimo considerável, não se registam alterações significativas em qualquer rubrica de despesa, o que demonstra um quadro de alguma estabilidade de cada componente.
- As despesas relacionadas com passivos financeiros (amortização de empréstimos) em nenhum ano em análise excedem os 6% da totalidade das despesas.



2017

Relatório de Gestão

6.4 – Indicadores Orçamentais

Seguidamente apresentam-se alguns indicadores de gestão financeira de análise à execução orçamental

Indicadores Orçamentais 2013-2017

Indicadores Orçamentais						
Nº	Fórmula de Cálculo do Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas						
1	<u>Receita Corrente</u> Receita Total	85,60%	92,91%	87,17%	86,88%	83,64%
2	<u>Receita de Capital</u> Receita Total	14,40%	7,09%	12,83%	13,12%	16,36%
3	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> Despesa Total	0,00%	0,00%	0,00%	7,45%	7,92%
4	<u>Receitas Próprias</u> Despesa Total	27,96%	31,03%	28,11%	30,59%	25,71%
5	<u>Receitas Próprias</u> Receita Total	28,17%	31,09%	28,07%	28,12%	25,14%
6	<u>Passivos Financeiros (receita)</u> Receita Total	0,00%	0,00%	0,00%	6,85%	7,75%
7	<u>Transf. Corrent. e de capit. obtidas da U.E</u> Receita Total	3,75%	1,86%	7,52%	1,49%	1,47%
Despesas						
8	<u>Despesa Corrente</u> Despesa Total	77,35%	80,32%	78,43%	83,67%	76,44%
9	<u>Despesa de Capital</u> Despesa Total	22,65%	19,68%	21,57%	16,33%	23,56%
10	<u>Aquisição de Bens de Capital</u> Despesa Total	14,97%	10,95%	11,74%	7,68%	15,19%
11	<u>Transferências de capital(despesa)</u> Despesa Total	2,16%	2,85%	2,33%	2,18%	2,64%
12	<u>Pessoal</u> Despesa Total	41,80%	44,22%	41,07%	43,65%	42,20%
13	<u>Aquisição de Bens e Serviços Correntes</u> Despesa Total	28,88%	27,76%	28,46%	29,39%	24,88%
14	<u>Serviço da Dívida</u> Despesa Total	6,91%	7,45%	6,28%	6,70%	5,54%
Outros						
15	<u>Receita Total</u> Nº de Habitantes	886,94 €	854,48 €	921,73 €	962,81 €	976,91 €
16	<u>Despesa Total</u> N.º de Habitantes	893,53 €	855,99 €	920,27 €	884,88 €	955,30 €
17	<u>Despesa de Investimento</u> Nº de Habitantes	202,39 €	168,50 €	198,52 €	144,49 €	225,07 €



Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída.

- 1 - Mede o peso da receita corrente na receita total
- 2 - Mede o peso da receita de capital na receita total
- 3 – Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros
- 4 – Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
- 5 – Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas
- 6 – Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
- 7 – Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
- 8 - Mede o peso da despesa corrente na despesa total
- 9 - Mede o peso da despesa de capital na despesa total
- 10 – Mede o peso do investimento direto na despesa total
- 11 - Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
- 12 – Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
- 13 – Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
- 14 – Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
- 15 – Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos *per capita*
- 16 – Representa o volume das despesas efetuadas, em termos *per capita*
- 17 – Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos *per capita*



7 - Limites Legais





7.1 – Aferição do Limite da Dívida Total (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

A 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais) que para além de outras questões, altera os limites de endividamento, passando os limites de endividamento de empréstimos de médio e longo prazos e do endividamento líquido a dar lugar ao limite da dívida total.

Assim, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece no artigo 52.º a dívida total como limite à dívida municipal.

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelecem:

Artigo 52.º

Limite da dívida total

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do limite da dívida total do município, reportada a 31 de dezembro de 2017.

Cálculo do Limite da Dívida Total

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida	Limite da Dívida Total
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)	(6)=(5) x 1,5
9 027 539,87	9 135 983,30	9 511 352,38	27 674 875,55	9 224 958,52	13 837 437,78

O município apresenta um limite da dívida total em 31 de dezembro de 2017 no valor de € 13.837.437,78.

O n.º 3 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define ainda que:

3 — Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;



2017

Relatório de Gestão

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O quadro seguinte corresponde à aferição do cumprimento do limite da dívida total por parte do município, reportado a 31 de dezembro de 2017.

Limite (1)	Dívida Total								
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM / AM / SEL / Ent. Part	Dívida Total	Dívidas não Orçamentais	Conta 268126 F.A.M	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e F.A.M	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)=(4)-(5)-(6)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
13 837 438	01/01/2017								
	6 603 226	1 250	6 604 476	285 381	346 556	5 972 539		7 864 899	1 572 980
	31/12/2017								
	6 626 969	6 091	6 633 060	241 117	277 245	6 114 698		7 722 740	1 544 548
	Variação da Dívida %								2,38%
	Variação do Excesso da Dívida %								
	Utilização da Margem Disponível								1 430 821

Da avaliação do quadro contata-se que o município apresenta uma dívida total de operações orçamentais de € 6.114.698, cujo limite se situa nos € 13.837.438, representando uma **margem absoluta de endividamento de € 7.722.740.**

49

Comparados aos valores de dívida em 01-01-2017 com 31-12-2017, constata-se uma variação de 2,38%.

Quanto à utilização da margem disponível calculada em conformidade com a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que em 01-01-2017 era de € 1.572.980, tendo-se utilizado € 142.159 desta margem, assim regista-se uma **margem disponível em 31-12-2017 de € 1.430.821.**

Constata-se ainda que a **dívida total do município a 31-12-2017 é muito inferior à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, situando-se nos 44%.**

A referida lei estabelece mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal e as regras para a sua aferição.

Artigo 57.º

Mecanismos de recuperação financeira municipal

1 — Os municípios que ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º recorrem aos seguintes mecanismos de recuperação financeira, nos termos dos artigos seguintes:

a) Saneamento financeiro;



b) *Recuperação financeira.*

2 — *A adesão aos mecanismos de recuperação financeira é facultativa ou obrigatória consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano.*

Artigo 61.º

Recuperação financeira municipal

1 — *O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira.*

2 — *A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.*

Artigo 58.º

Saneamento financeiro

1 — *O município deve contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, quando, no final do exercício:*

a) *Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou*

b) *O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

2 — *Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.*

Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — *Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.*



2017

Relatório de Gestão

Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	9.224.959	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	85,72%
Dívida total excluindo não orçamentais, capital excepcionado e FAM (31-12-2017) <small>(período corrente)</small>	6.114.698	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	80,70%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2017) <small>(período corrente)</small>	1.565.906		

-Saneamento Financeiro-

Condições de adesão facultativa

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

Recuperação Financeira

Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos

Conforme se pode aferir pelos dados dos quadros anteriores, o município não viola qualquer das situações tipificadas nos mecanismos de recuperação financeira municipal e saneamento financeiro.



2017

Relatório de Gestão

7.2 – Equilíbrio Corrente (artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

O artigo 40.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) estabelece no n.º 2, que:

"...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."

Equilíbrio Orçamental

(Artigo 40.º do RFALEI)

Data: 31/12/2017

Receita Corrente Bruta Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações Médias Empréstimos MLP (3)	Margem (4 = 1-2-3)
9 291 523,85	8 303 477,25	645 062,98	342 983,62

O quadro anterior corresponde à aferição do equilíbrio orçamental relativo ao exercício de 2017, verificando-se o cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a existência de uma margem de 342.983,62, face ao limite.

52

No mapa seguinte apresenta-se o cálculo das amortizações médias dos empréstimos em vigor.



2017

Relatório de Gestão

Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos

MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS							
Caracterização do Empréstimo	Anos Decorridos em 01/01/2014	Finalidade do Empréstimo	Capital		Dívida em 1 de Janeiro 2014	Amortizações Médias (Art.º 40.º RFAL)	Observações
			Contratado	Utilizado			
Caixa Geral de Depósitos	11	1 - Adaptação da Ex-Cadeia a	572965	572965	303 334,44	33 703,83	Empréstimo nº 9015 003 457 091
Caixa Geral de Depósitos	11	1 - Requalificação Urbana de R	469286	469286	248 445,52	27 605,06	Empréstimo nº 9015 003 514 391
Caixa Geral de Depósitos	11	1 - Saneamento de Moumiz (1)	208702	154999,7	82 048,82	9 116,54	Empréstimo nº 9015 003 458 991
Caixa Geral de Depósitos	11	1 - Saneamento de Cárquere (1)	394919	394919	209 084,60	23 231,62	Empréstimo nº 9015 003 458 991
Caixa Geral de Depósitos	10	N - Saneamento Basico de Res	224459	224459	125 432,97	12 543,30	Empréstimo nº 9015 003636 091
Banco BPI, SA	10	N - Auditório Municipal - (N)	85000	85000	56 434,29	5 643,43	Empréstimo nº 6314203 830 004
Banco BPI, SA	10	N - Piscinas Cobertas de Resen	250000	250000	169 992,17	16 999,22	Empréstimo nº 6314203 830 004
Caixa Geral de Depósitos	9	N - Pavilhão Gimnodesportivo c	180000	180000	120 672,66	10 970,24	Empréstimo nº 9140013083691
Caixa Geral de Depósitos	10	N - Requalificação Urbana da V	313575	313575	210 200,67	21 020,07	Empréstimo nº 9140013083691
Caixa Geral de Depósitos	10	N - Requalificação do Celeiro d	118000	118000	79 113,68	7 911,37	Empréstimo nº 9140013083691
Caixa Geral de Depósitos	9	1 - Beneficiação da Rede Viária	264000	264000	183 492,42	16 681,13	Empréstimo nº 9140 013 091 791
Caixa Geral de Depósitos	8	N - Centro Escolar S. Martinho	280000	280000	197 638,50	16 469,88	Empréstimo nº 9015 004 437 191
Caixa Geral de Depósitos	9	1 - Pavilhão Gimnodesportivo d	158487	158487	111 869,90	10 169,99	Empréstimo nº 9015 004 437 191
Caixa Geral de Depósitos	9	N - Auditório Municipal - (N)	110000	110000	77 637,40	7 057,95	Empréstimo nº 9015 004 437 191
Caixa Geral de Depósitos	9	N - Arranjo da Zona Envolvente	60000	60000	42 363,70	3 851,25	Empréstimo nº 9015 004 437 191
Caixa Geral de Depósitos	9	N - Arranjo da Zona Envolvente	60000	60000	42 363,70	3 851,25	Empréstimo nº 9015 004 437 191
Caixa Geral de Depósitos	7	1 - Arranjo Urbanístico do Cent	261000	261000	195 747,03	15 057,46	Empréstimo nº 9015 004 931 491
Caixa Geral de Depósitos	8	N - Centro Escolar de S. Martir	281920	281920	211 436,81	17 619,73	Empréstimo nº 9015 004 931 491
Caixa Geral de Depósitos	8	N - Requalificação Urbana da V	108000	108000	80 963,54	6 746,96	Empréstimo nº 9015 004 931 491
Caixa Geral de Depósitos	8	N - Auditório Municipal -(N)	159000	159000	119 261,55	9 938,46	Empréstimo nº 9015 004 931 491
Caixa Geral de Depósitos	8	N - Piscinas cobertas -(N)	186000	186000	139 509,42	11 625,79	Empréstimo nº 9015 004 931 491
Caixa Geral de Depósitos	8	N - Adaptação da Ex-Cadeia a	111000	111000	83 271,64	6 939,30	Empréstimo nº 9015 004 931 491
Banco BPI, SA	7	N - Centro de Noite de S. Rom	130000	130000	106 546,55	8 195,89	Empréstimo nº 6314203 830 007
Banco BPI, SA	7	N - Centro de Noite de Felgueir	130000	130000	106 546,55	8 195,89	Empréstimo nº 6314203 830 007
Banco BPI, SA	7	N - Centro Cultural e Auditório	200000	200000	163 939,92	12 610,76	Empréstimo nº 6314203 830 007
Banco BPI, SA	7	N - Centro Escolar de S. Martir	150000	150000	122 946,97	9 457,46	Empréstimo nº 6314203 830 007
Banco BPI, SA	7	N - Pavilhão Gimnodesportivo c	277000	277000	227 037,43	17 464,42	Empréstimo nº 6314203 830 007
Caixa Geral de Depósitos	5	N - Centro Escolar de Resende	275112	275112	245 715,83	15 357,24	Empréstimo nº 9015 006 155 191
Caixa Geral de Depósitos	5	N - Benef. Rede Viária Mun. Res	315000	315000	281 343,21	18 756,21	Empréstimo nº 9015 006 155 191
Caixa Geral de Depósitos	5	N - Parque Empresarial de Anr	90000	90000	80 385,38	5 359,03	Empréstimo nº 9015 006 155 191
Caixa Geral de Depósitos	5	1 - Centro Escolar de Resende	374888	374888	334 840,22	20 927,51	Empréstimo nº 9015 006 155 191
Direcção Geral do Tesouro e Finan	5	N - Programa de Regularizaçã	427000	427000	427 000,00	85 400,00	Empréstimo nº 9015006782791
Caixa Geral de Depósitos	4	N - Estádio Municipal de Fome	900000	900000	888 815,38	55 550,96	Empréstimo nº 9015 006 782 791
Banco BPI, SA	1	N - Beneficiação da Estrada Ba	37 000	37000		2 466,67	Empréstimo nº 6314203830008
Banco BPI, SA	1	N - Benef. da Estrada EN 222-	204 000	204000		13 600,00	Empréstimo nº 6314203830008
Banco BPI, SA	1	N - Beneficiação da Estrada S.	250 000	250000		16 666,67	Empréstimo nº 6314203830008
Banco BPI, SA	1	N - Beneficiação da Estrada Se	87 000	87000		5 800,00	Empréstimo nº 6314203830008
Banco BPI, SA	1	N - Beneficiação da Estrada Be	75 000	75000		5 000,00	Empréstimo nº 6314203830008
Banco BPI, SA	1	N - Beneficiação da Estrada Cd	97 000	97000		6 466,67	Empréstimo nº 6314203830008
Banco Santander Totta, SA	0	N - EM Cárquere - Enxertado	179 536	179536,01		8 976,80	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - EM Massorra - Vale de Pa	261 274	261273,67		13 063,68	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - ETAR Entre Vinhas	21 927	21927,16		1 096,36	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - ETAR de Vales	55 652	55651,58		2 782,58	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - ETAR de Santa Eulalia	60 480	60479,84		3 023,99	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Pavilhão Gimno Desportivo	114 427	114427		5 721,35	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Reabilitação do Jardim Mur	39 538	39538		1 976,90	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Rede de Drenagem de ARD	21 503	21502,84		1 075,14	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Conclusão do Sistema de D	16 719	16718,85		835,94	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Rede de Drenagem de ARD	23 450	23450,11		1 172,51	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Controlee redução da Polui	6 708	6708,14		335,41	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Rede de Drenagem de ARD	31 771	31771,38		1 588,57	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Conclusão do Sistema de D	21 467	21466,59		1 073,33	Empréstimo nº 003.11088803096
Banco Santander Totta, SA	0	N - Controlo e Redução da Pol	6 225	6224,85		311,24	Empréstimo nº 003.11088803096
TOTAL			9 735 989,02	9 682 286,72		645 062,98	



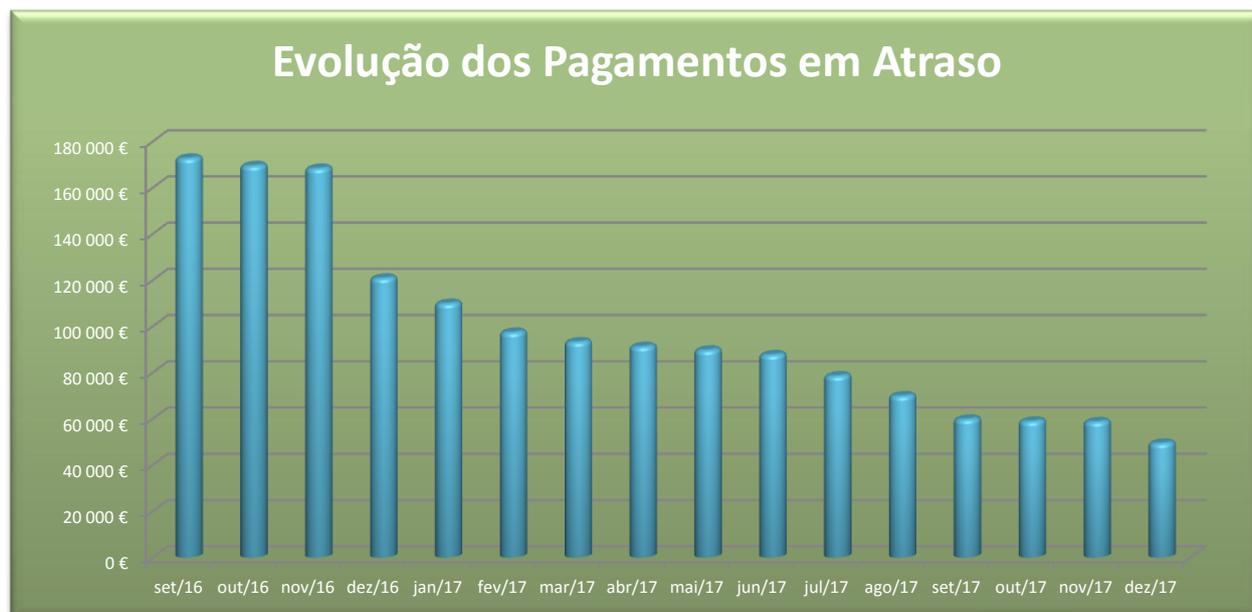
7.3 – Pagamentos em atraso

Para os efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 74.º da Lei do OE 2017, apresenta-se de seguida mapa com a evolução dos pagamentos em atraso de setembro de 2016 a dezembro de 2017, constatando-se uma redução de 71,4%, muito superiores aos 5% exigidos por lei.

Quadro dos pagamentos em atraso – Set/16 a Dez/17

Mês/Ano	Passivo	Contas a Pagar	Atrasos no Pagamento (posição no final do mês) - Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Atrasos no Pagamento (posição no final do mês) - Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Atrasos no Pagamento (posição no final do mês) - Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Atrasos no Pagamento (posição no final do mês) - Mais de 360 dias	Atrasos no Pagamento (posição no final do mês) - Mais de 90 dias
set/16	1 139 593,85 €	954 901,38 €	89 168,06 €	41 246,47 €	30 151,91 €	12 208,12 €	172 775 €
out/16	997 169,75 €	812 477,28 €	42 233,82 €	95 898,02 €	19 365,65 €	12 038,64 €	169 536 €
nov/16	998 871,04 €	819 831,51 €	39 422,46 €	99 848,62 €	19 157,38 €	9 938,64 €	168 367 €
dez/16	495 267,01 €	426 198,50 €	36 816,26 €	54 301,11 €	19 696,20 €	10 043,81 €	120 857 €
jan/17	760 636,31 €	702 853,80 €	2 740,09 €	77 245,95 €	17 803,49 €	12 152,08 €	109 942 €
fev/17	639 421,71 €	581 639,20 €	14 595,78 €	49 135,74 €	21 722,56 €	11 962,66 €	97 417 €
mar/17	655 947,43 €	598 164,92 €	6 711,08 €	45 292,25 €	28 587,06 €	12 692,31 €	93 283 €
abr/17	627 706,38 €	569 923,87 €	13 343,08 €	35 238,15 €	21 415,99 €	21 269,88 €	91 267 €
mai/17	607 543,30 €	549 760,79 €	18 178,69 €	36 654,57 €	17 552,88 €	17 317,91 €	89 704 €
jun/17	632 245,33 €	574 462,82 €	8 243,08 €	48 237,37 €	12 795,61 €	18 425,18 €	87 701 €
jul/17	626 728,26 €	583 109,75 €	40 619,81 €	12 542,49 €	4 591,00 €	20 817,46 €	78 571 €
ago/17	895 271,43 €	851 652,92 €	18 621,16 €	30 203,50 €	271,00 €	20 813,46 €	69 909 €
set/17	1 077 533,08 €	1 033 914,57 €	22 224,83 €	22 017,11 €	2 808,55 €	12 764,36 €	59 815 €
out/17	693 467,71 €	649 849,20 €	14 571,21 €	29 029,42 €	3 202,14 €	12 140,81 €	58 944 €
nov/17	474 734,15 €	431 115,64 €	10 245,36 €	33 133,98 €	2 985,14 €	12 357,81 €	58 722 €
dez/17	434 464,72 €	390 846,21 €	15 421,09 €	14 884,53 €	5 971,99 €	13 121,81 €	49 399 €

A imagem seguinte corresponde à representação gráfica dos pagamentos em atraso desde setembro de 2016 a dezembro de 2017.





2017

Relatório de Gestão

Artigo 74.º

Redução do endividamento

1 — Até ao final do ano, as entidades incluídas no sub-setor da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.

Art.º 74.º da LOE 2017	
1 - Atrasos no Pagamento (30-09-2016) - Mais de 90 dias	172 774,56 €
2 - Atrasos no Pagamento (31-12-2017) - Mais de 90 dias	49 399,42 €
3 - Redução Valor (1 - 2)	123 375,14 €
4 - Redução %	-71,41%



7.4 – Encargos com contratos de aquisição de serviços

Estabelece o n.º 1 do artigo 49.º da Lei do OE 2017, que "I — Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016".

Apresenta-se de seguida mapa de encargos com contratos de aquisição de serviços.

Mapa de encargos com contratos de aquisição de serviços (art.º 49.º da LOE 2017)

Classificação		Pagamentos 2016	Pagamentos 2017	Δ Execução	
Económica	Descrição			Valor	%
	DESPEAS CORRENTES				
01	DESPEAS COM O PESSOAL				
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PE				
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAR	224 133,07 €	234 478,17 €	10 345,10 €	104,62%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERV				
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	301 301,49 €	279 078,17 €	-22 223,32 €	92,62%
020202	LIMPEZA E HIGIENE	1 531,81 €	1 716,31 €	184,50 €	112,04%
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	10 923,68 €	12 249,66 €	1 325,98 €	112,14%
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	4 436,64 €	4 660,27 €	223,63 €	105,04%
020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁT	- €			
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPOR	- €			
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	9 447,97 €	5 352,62 €	-4 095,35 €	56,65%
020209	COMUNICAÇÕES	63 480,25 €	60 385,33 €	-3 094,92 €	95,12%
020210	TRANSPORTES	427 697,65 €	328 461,03 €	-99 236,62 €	76,80%
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇ	- €			
020212	SEGUROS	51 303,48 €	49 813,21 €	-1 490,27 €	97,10%
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	- €			
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJE	116 936,05 €	86 708,88 €	-30 227,17 €	74,15%
020215	FORMAÇÃO	4 145,49 €	3 670,00 €	-475,49 €	88,53%
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E	- €			
020217	PUBLICIDADE	23 374,53 €	26 299,91 €	2 925,38 €	112,52%
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	- €			
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	48 231,46 €	32 731,59 €	-15 499,87 €	67,86%
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIA	50 997,44 €	57 206,08 €	6 208,64 €	112,17%
020222	SERVIÇOS DE SAÚDE	6 900,00 €	6 325,00 €	-575,00 €	91,67%
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEIT	33 663,13 €	31 738,75 €	-1 924,38 €	94,28%
020225	OUTROS SERVIÇOS	1 118 139,94 €	900 085,67 €	-218 054,27 €	80,50%
TOTAL		2 496 644,08 €	2 017 146,14 €	-479 497,94 €	80,79%

Da análise do mapa constata-se que os pagamentos com contratos de aquisição de serviços em 2017, foram inferiores a 2016 no montante de € 479.497,94, sendo que os valores pagos em 2017 representam 80,79% dos pagamentos de 2016.

Importa registar que embora subsistam dúvidas quanto ao enquadramento da tipologia de despesa assinalada a vermelho (020203; 020204; 020205; 020206; 020208; 020212 e 020224) optou-se pela sua inclusão.



8 - Participações do município em entidades





8 – Participações do município em entidades

Em conformidade com o estabelecido na Resolução n.º 26/2013 do Tribunal de Contas, de 21 de novembro, apresenta-se o mapa das participações do município, previsto no Anexo 1 da referida Resolução.

Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E.M., S.A.	504 156 330	Empresa Municipal	86905	1.100.675 €	1.100.675 €	100,00%	1.100.675 €	1.100.675 €		
Águas do Norte, S.A.	505 863 901	Empresa de capitais públicos	36001	139.833.164 €	154.855 €	0,10%	154.855 €	154.855 €		
RESINORTE - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S. A.	509 143 059	Empresa de capitais públicos	38212		46.423 €	0,58%	46.423 €	46.423 €		

Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma de Realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	Associação de Municípios	91333	1 515 541,59 €	4 815,78 €	4 815,78 €		Capital Próprio
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	502 131 047	Associação de Municípios	91333	69 193,53 €	302,00 €	302,00 €		Capital Próprio
Associação de Municípios de Trás-Os-Montes e Alto Douro	503 264 270	Associação de Municípios	91333					Inexistência de dados
Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	503 427 870	Associação	91333	169 015,59 €				Capital Próprio
Associação de Municípios do Vale Douro Sul	503 821 632	Associação de Municípios	90003	209 782,95 €	4 156,00 €	4 156,00 €		Capital Social
Agência de desenvolvimento Entre Douro e Tâmega, S.A.	504 649 221	Agência de desenvolvimento	91333					Inexistência de dados
Fundação Museu do Douro	507 693 671	Fundação	91020	1 034 534,20 €	6 457,00 €			Capital Social
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	508 889 910	Comunidade Intermunicipal	94995	158 053,68 €	43 800,00 €			Capital Social
Dolmen - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega	502973544	Associação	94995	169 145,40 €	9 000,00 €	9 000,00 €		Capital Próprio
Associação de Desenvolvimento Regional "Os Caminhos de Jacinto"	504805789	Associação	94991		5 000,00 €	5 000,00 €		Inexistência de dados
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508 905 435	Entidade Regional	84123	1 672 275,37 €	1 500,00 €			Património



9 - Síntese da situação financeira da Autarquia





9 - Síntese da situação financeira da Autarquia

A situação financeira da Autarquia é retratada pelos vários documentos que integram a prestação de contas, quer pelos documentos de natureza orçamental como de natureza patrimonial.

Estes documentos apresentam toda a informação relevante no que respeita à situação financeira da Autarquia, contudo de entre estes e para efeitos de análise sintética, destacam-se a Demonstração de Resultados, que fornece as informações necessárias à análise relativa aos custos, proveitos e resultados da Autarquia e o Balanço que corresponde à “radiografia” da situação financeira e patrimonial.

- Situação financeira

As demonstrações financeiras proporcionam informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis aos que a desejem utilizar, analisar e avaliar.



2017

Relatório de Gestão

➤ Demonstração de Resultados

Este documento apresenta todos os custos e proveitos referentes ao exercício económico de 2017, bem como os resultados obtidos.

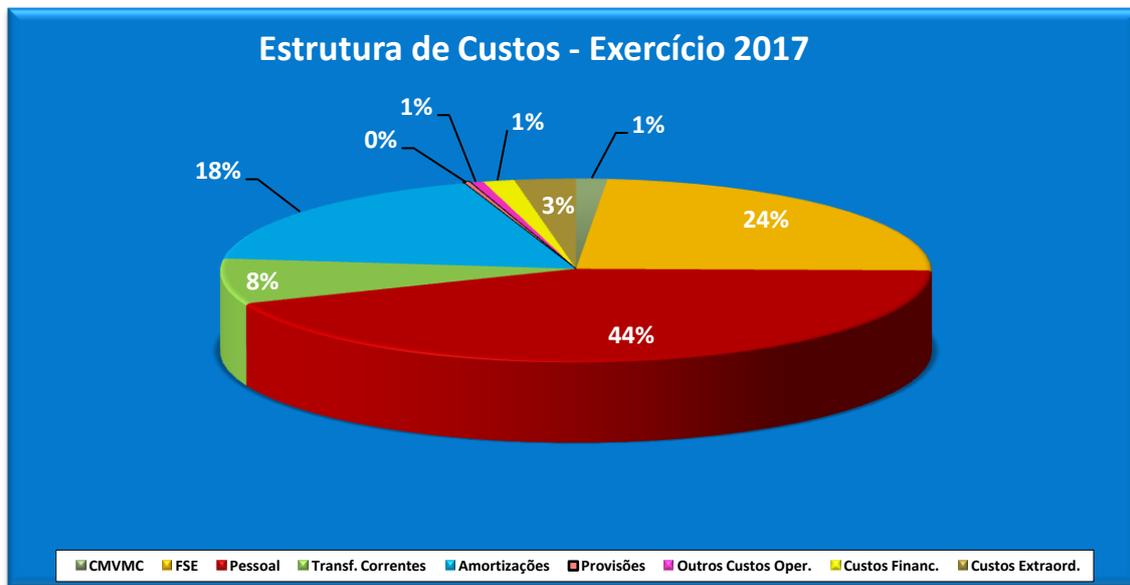
Código de Contas	Exercício	Exercício	
		N	N - 1
	Custos e perdas		
161	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	150'481,15	108'271,02
	Matérias	150'481,15	108'271,02
162	Fornecimentos e serviços externos:	2'498'457,00	2'583'518,93
	Custos com o pessoal:		
1641+642	Remunerações	3'517'847,20	3'461'720,67
1643 a 648	Encargos sociais	1'045'856,62	954'579,64
163	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	837'196,89	650'057,92
166	Amortizações do exercício	1'891'876,82	1'970'820,41
167	Provisões do exercício	31'348,32	55'341,84
165	Outros custos operacionais	61'088,29	68'097,15
	(A)	10'034'152,29	9'852'407,58
168	Custos e perdas financeiros	150'679,84	62'236,43
	(C)	10'184'832,13	9'914'644,01
169	Custos e perdas extraordinários	296'149,07	221'566,58
	(E)	10'480'981,20	10'136'210,59
188	Resultado líquido do exercício.....	101'004,31	379'164,76
	(X)	10'581'985,51	10'515'375,35
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
17111	Venda de mercadorias		
17112+7113	Venda de produtos	159'547,58	156'915,19
	(B)		
1712	Prestações de serviços	452'075,15	466'380,92
	()	611'622,73	623'296,11
172	Impostos e taxas	1'701'242,74	1'630'187,36
1(a)	Variação da produção		
175	Trabalhos para a própria entidade		
173	Proveitos suplementares		
174	Transferências e subsídios obtidos	7'035'955,59	6'822'360,47
176	Outros proveitos e ganhos operacionais	553'935,31	609'902,18
	(B)	9'902'756,37	9'685'746,12
178	Proveitos e ganhos financeiros	6'717,72	48'554,74
	(D)	9'909'474,09	9'734'300,86
179	Proveitos extraordinários	672'511,42	781'074,49
	(F)	10'581'985,51	10'515'375,35
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-131'395,92	-166'661,46
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-143'962,12	-13'681,69
	Resultados Correntes: (D - C)	-275'358,04	-180'343,15
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	101'004,31	379'164,76



2017

Relatório de Gestão

◆ Custos do Exercício



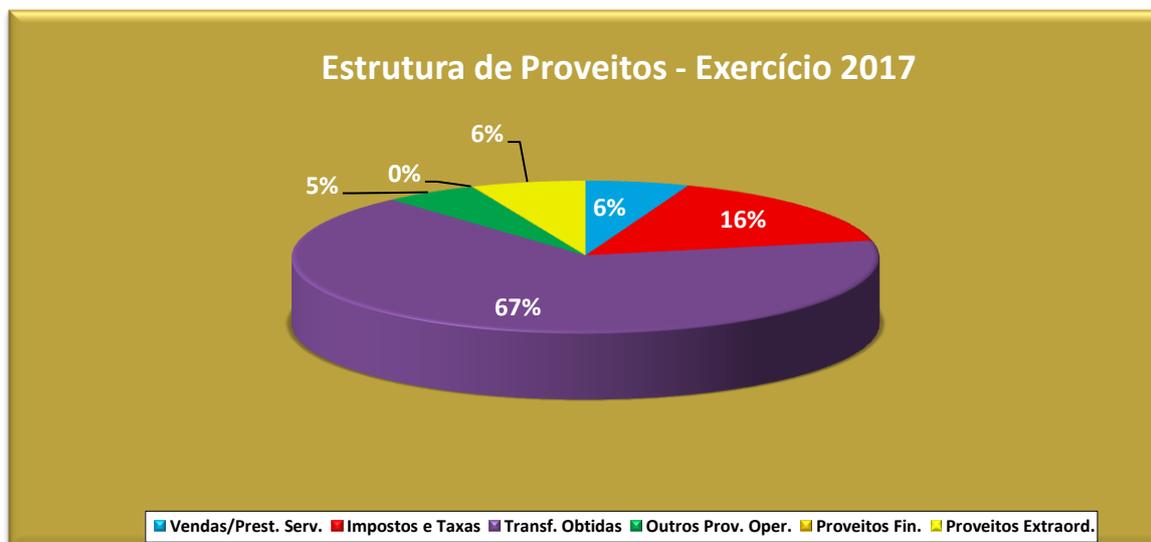
Em relação aos custos do exercício de 2017, analisando a Demonstração de Resultados e a representação gráfica dos mesmos constantes do gráfico anterior, verifica-se que os custos totais ascendem a 10.480.981,20€, sendo que destes, os custos com o pessoal de 4.563.703,82€ assumem grande relevância na estrutura de custos totais, representando 44%.

62

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 2.498.457,00€ representam 24%, as Amortizações do Exercício com 1.891.876,82€ representam 18%, as Transferências Correntes com 837.196,89€ representam 8%, os Custos Extraordinários 3%, os Custos Financeiros 1%, sendo que os restantes não apresentam grande expressão.



◆ Proveitos do Exercício



No que respeita aos proveitos do exercício totalizaram 10.581.985,51€, constatando-se que a rubrica de Transferências Obtidas, provenientes da Administração Central, com 7.035.955,59€ representam 67% da totalidade dos proveitos. Os Impostos e Taxas com 1.701.242,74€ representam 16%, as Vendas e Prestações de Serviços com 611.622,73€ correspondem a 6%, os Proveitos Extraordinários com 672.511,42€ ascendem a 6% e os Outros Proveitos Operacionais com 553.935,31€ correspondem a 6%.

Da análise da estrutura de proveitos há a referir que é natural em Município com a dimensão de Resende esta forte dependência em relação às Transferências Obtidas.

63

◆ Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício é obtido através do diferencial entre custos e proveitos, tendo-se obtido no exercício de 2017 um Resultado de 101.004,31€.

O valor encontrado não deverá de forma alguma ser confundido com excedente de tesouraria, já que este não representa o diferencial entre recebimentos e pagamentos, mas como já se referiu é o diferencial entre custos e proveitos.

Dada a natureza particular das Autarquias locais, não se deverá reduzir a análise dos resultados conseguidos à simples referência do valor alcançado, deverá considerar-se que tratando-se de uma entidade que tem por missão e objetivos melhorar a qualidade de vida dos munícipes, realiza investimentos não numa lógica de rentabilidade económica, mas sim, com a preocupação de atingir uma rentabilidade que é expressa pela melhoria das condições de vida das populações, pela satisfação das suas necessidades, pela melhoria dos espaços públicos, de lazer, recreio, educação, ambiente, entre outras inerentes às atribuições da Autarquia.



2017

Relatório de Gestão

➤ Balanço

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	16'069'450,18		16'069'450,18	16'069'450,18
452	Edifícios	7'363'535,42	3'042'295,06	4'321'240,36	4'496'737,04
453	Outras construções e infra-estruturas	35'088'958,91	18'186'871,70	16'902'087,21	17'240'314,07
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137'878,31	26'613,92	111'264,39	114'051,25
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	6'127'408,14		6'127'408,14	5'737'745,34
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	28'750,00		28'750,00	28'750,00
		64'815'980,96	21'255'780,68	43'560'200,28	43'687'047,88
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	476'852,43		476'852,43	476'852,43
422	Edifícios e outras construções	8'022'363,46	1'267'602,06	6'754'761,40	6'877'632,20
423	Equipamento básico	2'036'073,82	1'728'826,99	307'246,83	370'777,32
424	Equipamento de transporte	2'148'665,11	1'865'139,09	283'526,02	354'034,65
425	Ferramentas e utensílios	181'481,28	173'517,64	7'963,64	10'243,66
426	Equipamento administrativo	780'304,48	726'494,12	53'810,36	67'473,00
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	65'189,99	65'189,99		
442	Imobilizações em curso	2'421'924,75		2'421'924,75	2'363'293,72
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	12'967,08		12'967,08	8'467,08
		16'145'822,40	5'826'769,89	10'319'052,51	10'528'774,06
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	3'785'700,67		3'785'700,67	3'626'072,76
412	Obrigações e títulos de participação	485'177,68		485'177,68	485'177,68
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		4'270'878,35		4'270'878,35	4'111'250,44
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	7'493,29		7'493,29	13'817,81
212	Contribuintes c/c	32'686,01		32'686,01	35'551,32
213	Utentes c/c	39'903,34		39'903,34	65'018,84
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	38'913,67	27'459,06	11'454,61	3'579,69
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	5'085,13		5'085,13	1,45
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	110'086,51		110'086,51	307'360,61
		234'167,95	27'459,06	206'708,89	425'329,72
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1'421'294,60		1'421'294,60	1'219'703,33
11	Caixa	657,58		657,58	861,63
		1'421'952,18		1'421'952,18	1'220'564,96
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	1'380'901,32		1'380'901,32	1'317'504,76
272	Custos diferidos	16'662,72		16'662,72	14'958,90
		1'397'564,04		1'397'564,04	1'332'463,66
	Total de amortizações		27'082'550,57		
	Total de provisões.....		27'459,06		
	Total do activo	88'286'365,88	27'110'009,63	61'176'356,25	61'305'430,72



2017

Relatório de Gestão

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	Fundos próprios:		
51	Património	32'000'000,00	32'000'000,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	476'159,36	239'084,53
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	670'710,61	651'752,37
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	8'051'383,92	7'798'091,10
88	Resultado líquido em exercício	101'004,31	379'164,76
		41'299'258,20	41'068'092,76
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	137'969,02	181'361,31
		137'969,02	181'361,31
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazos - Com vencimento a 12 meses	619'179,65	550'733,69
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazos - Com vencimento maior 12 meses	4'963'322,47	4'724'682,40
221	Fornecedores c/c		
264	Administração autárquica		
268	Outros credores	207'934,00	277'245,00
		5'790'436,12	5'552'661,09
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	247'253,40	306'606,75
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	24'072,39	43'156,60
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	173'559,57	219'772,28
24	Estado e outros entes públicos	3'369,65	57'319,97
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	388'278,07	423'708,91
		836'533,08	1'050'564,51
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	533'286,78	550'318,61
274	Proveitos diferidos	12'578'873,05	12'902'432,44
		13'112'159,83	13'452'751,05
	Total do passivo	19'877'098,05	20'237'337,96
	Total dos fundos próprios e do passivo	61'176'356,25	61'305'430,72



2017

Relatório de Gestão

O balanço é a demonstração financeira que retrata a situação financeira e patrimonial do Município, apresenta a “radiografia” financeira, sendo que da sua análise se poderá extrair toda a informação referente ao seu Ativo, composto pelos bens e direitos, do seu Passivo, composto pelas suas obrigações para com terceiros e a composição dos seus fundos próprios.

◆ Ativo

Relativamente ao Ativo, apresenta-se a sua composição no quadro seguinte:

Código das Contas	Designação	2017	2016
		AL	AL
	Imobilizado:		
45+452+453+455+445+446	Bens de domínio público	43 560 200,28	43 687 047,88
421+422+423+424+425+426+429+442+448	Imobilizações corpóreas	10 319 052,51	10 528 774,06
411+412	Investimentos financeiros	4 270 878,35	4 111 250,44
221+212+213+218+24+262+263+267+268	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	206 708,89	425 329,72
12+11	Depositos em instituições financeiras e Caixa:	1 421 952,18	1 220 564,96
271+272	Acréscimos e diferimentos:	1 397 564,04	1 332 463,66
	Total do Ativo	61 176 356,25	61 305 430,72

66

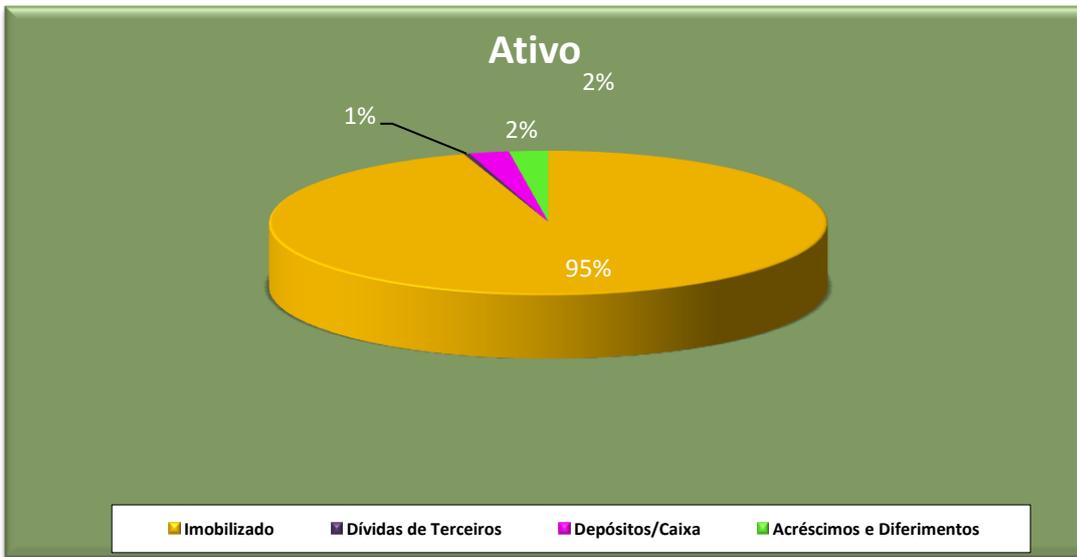
Naturalmente, constata-se que as rubricas do Imobilizado assumem a maior expressão na totalidade do Ativo.

Da análise do quadro importa registar que relativamente a 2016 se verificou uma diminuição das dívidas de terceiros de 218.620,83€, essencialmente derivado da liquidação por parte da Agência para a Coesão de verbas respeitantes a fundos comunitários que se encontravam por liquidar.

Realça-se também o valor de 1.421.952,18€ de verbas em depósitos bancários e caixa, sendo que destes 241.117,47€ correspondem a Operações de Tesouraria (cobranças para terceiros e cauções) e os restantes 1.180.834,71€ são disponibilidades próprias a utilizar pelo município.

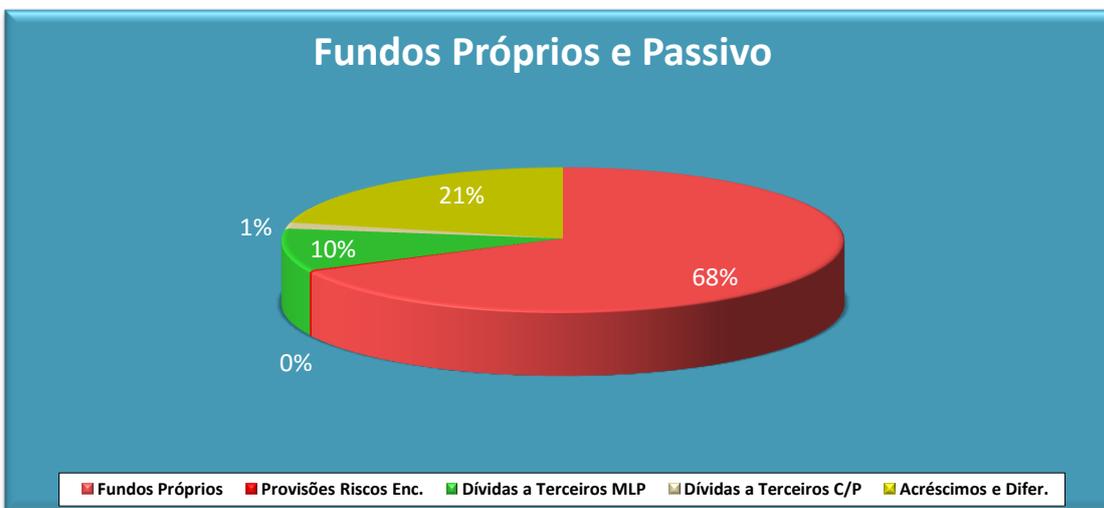


O gráfico seguinte apresenta a expressão gráfica da composição do Ativo.



Da análise do Ativo constata-se que a rubrica de imobilizado assume a quase totalidade da sua composição (95%), que dada a natureza da entidade é perfeitamente natural que assim seja.

◆ **Fundos Próprios e Passivo**

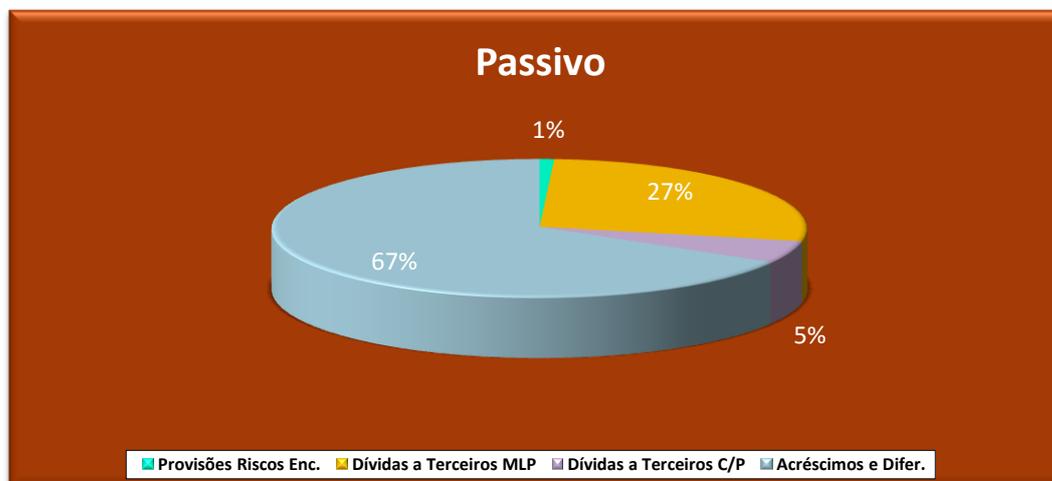


▪ **Fundos Próprios**

Esta componente do balanço representa o valor “líquido” do património do Município, correspondendo à diferença entre o ativo e o passivo, sendo o seu valor de 41.299.258,20€ representando 68% do total dos fundos próprios e passivo.



▪ Passivo



O Passivo representa no balanço, as obrigações da autarquia, engloba todas as dívidas a terceiros, de curto, médio e longo prazos. Das rubricas que o compõem, destacam-se as dívidas a instituições de crédito e a fornecedores. As dívidas a terceiros MLP, para além dos empréstimos a MLP, englobam também a dívida resultante das unidades de participação impostas ao município no âmbito da constituição do Fundo de Apoio Municipal (FAM) num total de 207.934,00€. A rubrica acréscimos e diferimentos, regista as operações verificadas no exercício que terão de imputadas a exercício futuros, como é o caso de fundos comunitários e outras transferências destinadas a um investimento específico, esta rubrica será anualmente transferida de uma forma sistemática, à semelhança das amortizações, para uma conta de proveitos extraordinários.

68

Da composição do passivo a dívida de médio e longo prazo (Empréstimos de Médio e Longo Prazo com 5.582.502,12€ e Fundo de Apoio Municipal com 207.934,00€) representa 27% do seu total, os acréscimos e diferimentos com 13.112.159,83€ representam 67% e as dívidas a terceiros curto prazo com 836.533,08€, correspondem a 5% do total do passivo.

No quadro seguinte apresentam-se as Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos de 2017 e 2016.

Código das Contas	Designação	2017	2016
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazos - Com vencimento a 12 meses	619 179,65	550 733,69
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazos - Com vencimento maior 12 meses	4 963 322,47	4 724 682,40
268	Outros credores	207 934,00	277 245,00
Total das Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		5 790 436,12	5 552 661,09

Comparativamente com o exercício anterior, regista-se um ligeiro acréscimo da dívida de MLP no valor de 237.775,03€, influenciado pela contratação do empréstimo de médio e longo prazo que se concretizou em 2017.

A dívida a outros credores, corresponde ao montante do FAM a liquidar até 2020.



2017

Relatório de Gestão

No passivo de médio e longo prazo, o montante de **empréstimos a médio e longo prazo contém 619.179,65€ que serão amortizados em 2018, pelo que este montante será exigível a curto prazo.**

No quadro seguinte apresentam-se as Dívidas a terceiros - Curto Prazo de 2017 e 2016.

Código das Contas	Designação	2017	2016
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
221	Fornecedores c/c	247 253,40	306 606,75
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	24 072,39	43 156,60
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	173 559,57	219 772,28
24	Estado e outros entes públicos	3 369,65	57 319,97
262+263+267+268	Outros credores	388 278,07	423 708,91
Total das Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		836 533,08	1 050 564,51

No tocante às dívidas a terceiros de curto prazo, quando comparadas com o exercício anterior, verifica-se uma redução de 214.031,43€.

◆ **Ativo Circulante / Passivo - Curto Prazo**

No quadro seguinte apresenta-se o Ativo Circulante e o Passivo - Curto Prazo, para que se possa aferir sobre as disponibilidades e o exigível de curto prazo.

69

Código das Contas	Designação	2017	2016
	Ativo Circulante		
221+212+213+218+24+262+263+267+268	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	206 708,89	425 329,72
12+11	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	1 421 952,18	1 220 564,96
Total das Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		1 628 661,07	1 645 894,68
	Passivo - Curto Prazo		
221	Fornecedores c/c	247 253,40	306 606,75
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	24 072,39	43 156,60
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	173 559,57	219 772,28
24	Estado e outros entes públicos	3 369,65	57 319,97
262+263+267+268	Outros credores	388 278,07	423 708,91
Total das Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		836 533,08	1 050 564,51

Da análise do quadro, constata-se que não só o Ativo Circulante é superior ao Passivo - Curto Prazo, como se regista um excedente de 792.127,99€.



➤ **Indicadores de Gestão Financeira**

Seguidamente apresentam-se alguns indicadores de gestão financeira de análise à contabilidade patrimonial.

Indicadores Patrimoniais 2013-2017

Indicadores Patrimoniais						
Nº	Fórmula de Cálculo do Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Liquidez Geral						
1	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	38,79%	57,92%	49,48%	156,67%	194,69%
Autonomia Financeira						
2	$\frac{\text{Fundos Próprios e Passivo}}{\text{Passivo Total}}$	263,25%	273,36%	290,36%	302,93%	307,77%
Grau de Cobertura do Imobilizado						
3	$\frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	74,21%	74,79%	77,27%	79,93%	80,98%

No que respeita a indicadores patrimoniais, e conforme já se referiu dada a natureza da entidade se orientar numa lógica de persecução do interesse público, apenas se referem os rácios constantes do quadro anterior, cujo seu conteúdo é o seguinte:

- 1 – Mede o grau em que os débitos a curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante
- 2 – Mede a autonomia financeira da entidade e o seu grau de dependência para com terceiros
- 3 – Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes



10 - Evolução das dívidas de
curto, médio e longo prazos
de terceiros e a terceiros





10 - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros

O POCAL define que a evolução das dívidas de e a terceiros se analise nos últimos três anos, assim:

As **dívidas de terceiros** apresentam a seguinte composição:

DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO	
	Cientes, Contribuintes, utentes e Outros Devedores
2015	593 190,16 €
2016	425 329,72 €
2017	206 708,89 €

As **dívidas a terceiros** apresentam a seguinte composição:

DÍVIDAS A TERCEIROS			
	DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		DÍVIDAS DE CURTO PRAZO
	Instituições de Crédito	Fornecedores e Outros Credores	Fornecedores e Outros Credores
2015	5 061 063,41 €	362 127,60 €	2 020 803,89 €
2016	5 275 416,09 €	277 245,00 €	1 050 564,51 €
2017	5 582 502,12 €	207 934,00 €	836 533,08 €

72

Em relação às dívidas de e a terceiros há a salientar o seguinte:

- Registrar o facto de a rubrica fornecedores de imobilizado conter 70.788,83€ de registos de Locação Financeira, e na rúbrica outros credores 241.117,47€ correspondem a Operações de Tesouraria (cobranças para terceiros e cauções, valor constante da rúbrica depósitos bancários), que representam dívida não vencida.

**2017****Relatório de Gestão**

Apresenta-se de seguida quadro com evolução das dívidas de e a terceiros de 2013 a 2017

MAPA DE EVOLUÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL- 2013-2017

ANO	Passivo CP	Passivo MLP		Passivo Exigível TOTAL (4) = (1)+(2)+(3)
	Dívidas a Terceiros (1)	Empréstimos (2)	Fornecedores e Outros Credores (3)	
2013	2 867 483,60	6 175 661,95	382 881,55	9 426 027,10
2014	2 501 848,57	5 603 355,05	167 263,92	8 272 467,54
2015	2 020 803,89	5 061 063,41	362 127,60	7 443 994,90
2016	1 050 564,51	5 275 416,09	277 245,00	6 603 225,60
2017	836 533,08	5 582 502,12	207 934,00	6 626 969,20

(1) Valores retirados do Balanço - (22.1 Forn C/C C/P + 26.1.1 Forn. Imob. c/p + 24 EOEP + 26.2, 26.3, 26.7 Outros Credores)

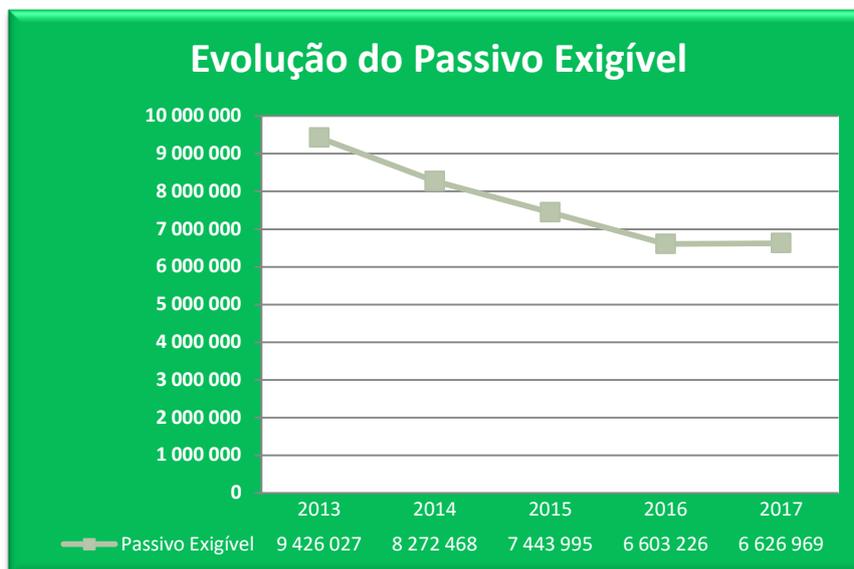
(2) Valores retirados do Balanço - (23.1.2 Empréstimos MLP)

(3) Valores retirados do Balanço - (26.4 Administração Autárquica MLP)

(4) Valores retirados do Balanço - (22.1 Fornecedores C/C MLP)

No quadro anterior apresentam-se da coluna (1) a (4)os valores relativos ao passivo de curto prazo (dívidas a terceiros) e passivos de médio e longo prazo (empréstimos + fornecedores e Outros Credores) que somados formam o passivo total.

O gráfico seguinte corresponde à representação da evolução do Passivo Exigível de 2013 a 2017.



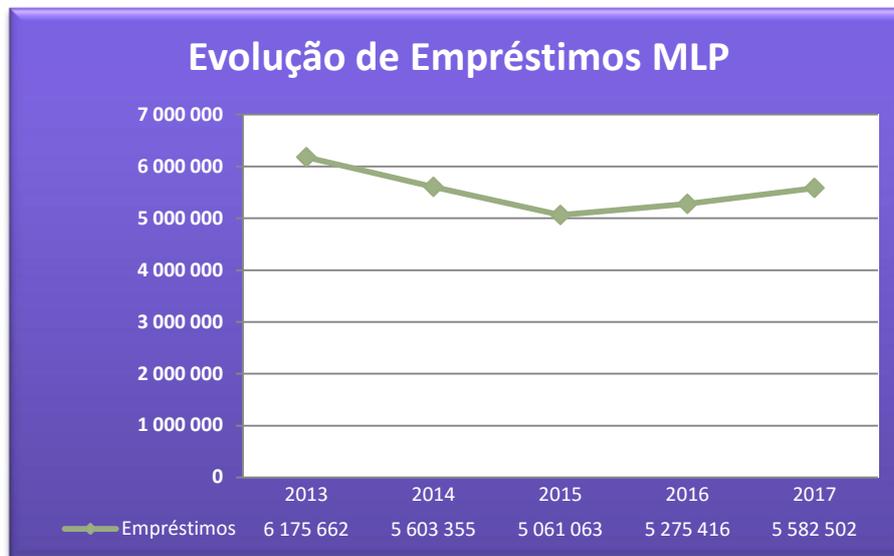
Da leitura do gráfico e do quadro anterior, verifica-se uma redução cerca de 2,8 milhões de euros no Passivo Exigível em 2017 comparativamente a 2013, embora em 2017 relativamente a 2016 se registre um aumento marginal de 23.743,60€.



2017

Relatório de Gestão

O gráfico corresponde à evolução desde 2013 do valor da dívida referente a Empréstimos de Médio e Longo Prazos.



Quando comparado com 2013, o valor da dívida de Empréstimos MLP é inferior em 593 mil euros, sendo que em 2016 e 2017 se verifica algum acréscimo, em resultado dos dois empréstimos contratados um em cada ano.



11 - Proposta fundamentada
da aplicação de resultados





11 - Proposta fundamentada da aplicação de resultados

De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados transitados”.

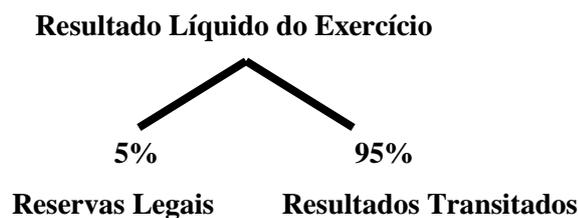
2.7.3.3. Quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4. É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 “Património” corresponda a 20% do ativo líquido.

2.7.3.5. Sem prejuízo do número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.”

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 101.004,31€, seja aplicado da seguinte forma:



Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

57.1 “Reservas Legais” -----	5.050,22€
59 “Resultados Transitados” -----	95.954,09€



12 - Factos relevantes
ocorridos após o
termo do exercício





12 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício importa registar como facto relevante que com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelos municípios, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017.

Face ao exposto, o FAM remeteu ao município em 2018 comunicação para efeitos de relevância contabilística, significando que em 31/12/2017 se encontra registada na conta 26.8.1.2.6.2 uma dívida no valor de 277.245,00€ e fruto desta alteração legislativa passará a ser somente de 103.966,82€, representando uma redução de dívida no montante de 173.278,18€, procedendo-se igualmente ao ajustamento do capital social 485.177,68 para 311.899,50€.

13 – Nota Final





2017

Relatório de Gestão

13 – Nota Final

Como conclusão deste relatório de gestão, importa salientar que as contas apresentadas, que integram os diversos mapas definidos na lei e o relatório de gestão traduzem a situação económico-financeira do município, fornecendo todos os elementos para uma correta análise e avaliação.

ASSINATURAS

Órgão Executivo:

O Presidente da Câmara

Os Vereadores

80

Órgão Deliberativo:

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2.º Secretário



14 – Anexos em conformidade com n.º
3 do artigo 19.º do Decreto-Lei
n.º 127/2012, de 21 de Junho.





2017

Relatório de Gestão

14 – Anexos em conformidade com n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

Em conformidade com o n.º3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (lei dos compromissos e pagamentos em atraso) apresentam-se de seguida como anexos as declarações referidas.